

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
CASTELO BRANCO**



ATA Nº 6

29 ABR 2024



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

ATA N.º 6/2024

Aos vinte e nove dias do mês de abril de 2024, pelas 9 horas e 30 minutos, reuniu em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Castelo Branco, cuja mesa, foi presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Manuel Vieira Neves, pelo Primeiro Secretário, Carlos Simão Martins Mingacho e pela Segunda-Secretária, Celeste Nunes Rodrigues, com a seguinte ordem de trabalhos:

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Prestação de informações que à Mesa cumpra produzir.
2. Aprovação das atas:
 - 2.1. Ata nº. 2/2024 referente à sessão de 27 de fevereiro.
 - 2.2. Ata nº. 3/2024, referente à sessão de 20 de março.
 - 2.3. Ata nº. 4/2024, referente à sessão de 21 de março.
3. Intervenções.

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto 1 - Apreciar uma informação do Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira do Município.

Ponto 2 - Discussão e votação da proposta de “Desafetação do domínio público municipal para o domínio privado do município, dos lotes de terreno 69 e 70 da Quinta Dr. Mota/Quinta das Violetas, Castelo Branco”. (Proposta nº. 10/2024)

Ponto 3 - Discussão e votação da proposta de "Cargo de Direção Intermédia de 2º. Grau - Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco. Proposta de designação de Júri". (Proposta nº. 11/2024)

Ponto 4 - Apreciação das propostas de “Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Respetiva Avaliação, em 31 de dezembro de 2023”:

4.1. Câmara Municipal de Castelo Branco. (Proposta n.º 12/2024)

4.2. Serviços Municipalizados de Castelo Branco. (Proposta n.º 13/2024)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Ponto 5 - Apreciação e votação das propostas de “Documentos de Prestação de Contas do Exercício do ano 2023”:

5.1. Câmara Municipal de Castelo Branco. (Proposta n.º 14/2024)

5.2. Serviços Municipalizados de Castelo Branco. (Proposta n.º 15/2024)

III – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

MEMBROS PRESENTES À SESSÃO

Jorge Manuel Vieira Neves, António Augusto Cabral Fernandes, Orlando Vicente (em substituição de Pedro Luís Ribeiro Crisóstomo), Carlos Manuel Freire Antunes, Carla Sofia Massano Lopes de Carvalho, Maria José Sobreira Rafael, Francisco Manuel Pombo Lopes, João Filipe Dias Ribeiro, Catarina Isabel Ramos Proença (em substituição de Paulo Jorge Vaz Ramos Almeida), André Manuel da Silva Bernardino (em substituição de Nuno Miguel Correia Teixeira Maia), José Alberto Moreira Duarte, Ernesto Candeias Martins, Maria do Carmo Almeida Nunes, Joaquim Manuel Faustino (em substituição Christelle Varanda Domingos), Ana Cristina Marques Lourenço, Carlos Simão Martins Mingacho, Daniel António Guerreiro Almeida, Maria Cristina Vicente Pires Granada, Armando Lopes Ramalho, Maria da Conceição Martins Pereira, Adelina Maria Machado Martins, Milena Cristina da Silva Marques Santos, José Afonso Antunes Custódio, João Filipe Nunes Valente Neves, José Dias dos Santos Pires, José António Afonso Dâmaso, José António Duque (em substituição de Pedro João Martins Serra), Jorge Manuel Ferreirinho Diogo, João José Louro Ramos, Sandra Maria Duarte Lucas, Luís Manuel de Andrade, João Filipe Tavares Goulão, Celeste Nunes Rodrigues, José Carlos Ramos Dé, Severino Miguel da Conceição Vaz, António Manuel Falcão Antunes, João Miguel Teles Baltazar, Ernestina Gens da Conceição Baptista Perquilhas, António Manuel Varanda Marcelino e Ana Sofia Santos Ramos Pereira.

MEMBROS AUSENTES À SESSÃO

Nuno Miguel Correia Teixeira Maia, Paulo Jorge Vaz Ramos Almeida, Pedro João Martins Serra, Pedro Luís Ribeiro Crisóstomo, Christelle Varanda Domingos.

JUSTIFICAÇÃO DE FALTA

Nuno Miguel Correia Teixeira Maia, Paulo Jorge Vaz Ramos Almeida, Pedro João Martins Serra, Pedro Luís Ribeiro Crisóstomo, Christelle Varanda Domingos

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Prestação de informações que à Mesa cumpra produzir:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Presidente da Assembleia Municipal - Bom dia, declara-se aberta a sessão que decorre no Salão Nobre do Município e que está a ser transmitida nas redes sociais, no site do Município e da Assembleia Municipal.

Exmo. Presidente da Câmara Municipal

Caras e caros Deputadas e Deputados Municipais

Senhoras e Senhores Presidentes das Juntas e das Uniões de Freguesia do concelho

Senhoras Vereadoras e Vereadores do Executivo Municipal

Caros Dirigentes e funcionários municipais

Saúdo os Munícipes presentes aqui e ainda todos aqueles que estão connosco remotamente.

e.... ainda cumprimento

Os elementos da Comunicação Social que vão acompanhar a sessão.

Sejam, portanto, todos bem-vindos à sessão da Assembleia Municipal de Castelo Branco, agendada formalmente de acordo com o Regimento e com a legislação em vigor.

Nos termos regimentais, em concreto do Artigo 39.º entramos no Período de Antes da Ordem do Dia.

Gostaria de deixar aqui uma mensagem inicial.

Acredito que os nossos munícipes pretenderão que esta reunião seja muito produtiva e, por isso, espero contar com a participação ativa e construtiva de cada um dos deputados da Assembleia.

Hoje vamos abordar várias questões constantes da OT e tenho certeza de que a diversidade de ideias e opiniões vai gerar discussões que espero sejam muito enriquecedoras, mas sempre dentro das boas regras da urbanidade.

Não podemos esquecer que todos nós estamos todos aqui com um objetivo em comum, trabalhando juntos em prol da defesa dos interesses dos albicastrenses.

Tenho certeza de que seremos capazes de alcançar bons resultados.

Aproveitemos, pois, o momento para expormos ideias e opiniões, ouvirmos atentamente com respeito as ideias contrárias e, juntos, chegarmos a um consenso que beneficie a todos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Por isso, sem mais delongas, vamos dar início à nossa reunião.

Obrigado. Vamos em frente!

A correspondência recebida que estará aqui para eventual consulta dos Senhores Deputados Municipais, é a seguinte:

- Jornal da Associação Portuguesa de Deficientes.

- Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda. – Parecer e Certificação Legal de Contas do Município referentes ao ano de 2023.

2. Aprovação das atas:

2.1 Ata nº. 2/2024 referente à sessão de 27 de fevereiro. Aprovada, por unanimidade.

2.2 Ata nº. 3/2024, referente à sessão de 20 de março. Aprovada, por unanimidade.

2.3 Ata nº. 4/2024, referente à sessão de 21 de março. Aprovada, por unanimidade.

3. Intervenções:

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi projetado e apresentado o Relatório de Atividades das sessões da Assembleia Municipal que decorreram durante do ano de 2023 que se dá como reproduzido com o nº. 1.

Ernesto Candeias Martins (MPT)

A minha intervenção cinge-se a 3 aspetos considerados fundamentais para prática municipal:

(A) -Estado da Pavimentação asfáltica e/ou necessidade de Alcatroamento de Ruas e artérias da cidade (mau-estado) que causa transtornos na mobilidade. Há degradação, fendas, buracos, fissuras no alcatrão, tampas das condutas a nível mais baixo....

É visível algum mau-estado de algumas ruas com lancis degradados/deformados e pavimentos em calçada, com maior enfoque em determinadas zonas da cidade, incluindo pavimentos pedonais, que ao longo dos anos se deterioraram ou sofreram diversos assentamentos na sua base, apresentado assim muitas irregularidades que necessitam de ser intervencionadas por forma a manter a homogenia do passeio, repondo as condições de circulação e evitando o aceleramento da degradação da restante base do pavimento. Há necessidade duma intervenção tendo em conta a homogeneização de materiais e soluções construtivas com betumes modificados com borracha na reabilitação e a supressão de restrições de mobilidade na via pública por desníveis em caldeiras de árvores.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Tem uma radiografia do estado ou condições dos pavimentos urbanos, de modo a poder realizar uma intervenção?

Execução de calçadas regularização de pavimentos rodoviários ou pedonais constituídos por cubos de granito, calhau rolado ou calçadinha com ótima qualidade de material, que sofreu ao longo dos anos diversos assentamentos na sua base, apresentado assim muitas irregularidades que necessitam de ser intervencionadas por forma a manter a homogenia do pavimento. Igualmente para algumas passadeiras de peões.

A inclusão de um Orçamento Participativo da Câmara para esta intervenção na pavimentação e a possibilidade de obtenção de informações por parte dos cidadãos do estado dos pavimentos constitui uma parte importante no sensoramento dos sistemas de transportes inteligentes em articulação com as novas tecnologias. Ao haver defeitos em vias pavimentadas e as condições dos pavimentos asfálticos podia haver sensoramento remoto (DRONES) com detenção automática. As cidades 'ANALÍTICAS' no urbano possuem um conjunto de ferramentas, métodos e processos orientados para o processamento, análise e criação de dados que permite uma Intervenção mais rápida.

(B.) - Projetos de construção de 'Creches Municipais', grande importância para o concelho para jovens casais que escolheram este território para darem seguimento aos seus projetos de vida e no sentido de fixarmos população e respondermos ao desafio demográfico que o nosso e enquadrar essa medida no âmbito das candidaturas ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais num investimento. A resposta social de Creche, dentro da política do município deve associar-se a outras entidades congéneres do concelho, podendo reduzir custos relativos à elaboração dos projetos e ainda ganhos de tempo. Ainda que o PRR financie os projetos a 100 por cento o Município deverá fazer este esforço financeiro com critérios de apoio. É de louvar já o avanço do projeto na Quinta das Violetas, esperando que os dois outros projetos possam ser exequíveis.

(C.) - Em termos de limpeza pública. Sr. Presidente da Câmara prevê para uma maior lavagem regular e desinfeção de ruas e principalmente dos caixotes do lixo e substituição dos caixotes danificados e os postos de recolha utilizando águas reutilizada. No âmbito da Estratégia seguida pelos Serviços municipalizados haverá também que refletir sobre limpeza dos rios e afluentes-ribeiras no território e encontrar soluções técnicas que permitam reter/armazenar a água da chuva (pluvial) cada vez mais forte em certos períodos do ano (registos).

Por outro lado, no seguimento de algumas afirmações recentes do Senhor Presidente Câmara já tem estratégia para aumentar a taxa de recolha de reciclados. Pois, como todos sabemos da grande importância da reciclagem, sendo importante que se assuma uma política ativa de fomento dessa mesma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

reciclagem havendo muitas atividades que podem ser feitas, considerando que os cidadãos que reciclam são tratados da mesma maneira, dos outros cidadãos que não reciclam nada e até colocam nos lixos indiferenciados aquilo que não deviam colocar.

Maria da Conceição Pereira (CHEGA)

Já que estamos no após 25 de Abril e ainda estamos, digamos, assim, a comemorar o 25 de Abril, vou dar aqui um testemunho. Não fiz parte da história, mas vivi a história. Eu era pequenina, tinha apenas 11 anos, mas via o que se passava, vivi na margem sul do Tejo, onde estava a Base Naval do Alfeite e a Base Aérea do Montijo e, portanto, estava ali no meio. Eu vi os aviões a passar, ouvia os barcos a apitar. É assim, criticam-nos por falar do 25 de novembro, pois é, mas se não fosse o 25 de novembro, o Ramalho Eanes e o Jaime Neves, tinha-se dado um golpe de Estado.

Costa Gomes dizia “não posso evitar um Golpe de Estado”.

Eu senti na pele, a minha família sentiu na pele, o meu pai era Guarda Fiscal, chegou a andar no meio de transporte fardado e cuspiam-lhe em cima da farda. O meu pai não podia passar na Ponte 25 de Abril porque trabalhava em Lisboa, chamavam-lhe fascista, ou seja, a partir de uma certa hora da noite não se podia sair de casa.

Eu era pequenina, mas recordo-me de tudo e via os chaimites a passar na rua porque vivia numa zona da margem sul em que era uma zona de esquerdistas, digamos, assim, onde havia a Setenave, a Lisnave, uma daquelas empresas fechou, hoje não sei o que se passa, mas aquilo já há muito tempo que está abandonado. E pior, viemos aqui à terra, nessa altura, o meu pai teve medo de quando chegasse a casa estivesse ocupada, tantos anos que trabalhou para ter aquela casa e chegava lá a casa estaria ocupada e, sim, havia a ocupação de casas. Na minha rua um senhor que trabalhou arduamente lá fora, era emigrante, tinha construído um prédio, foi todo ocupado e o resultado, o senhor suicidou-se. Tivemos medo.

Eu era pequenina, andava na escola e os meu colegas diziam “tu vais embora, tens medo do que se possa passar, portanto, isto foi um testemunho, faz parte da história e o Senhor Presidente, licenciado em história, acho que concordará com isto. Eu passei por isto. O meu pai teve que deixar de andar fardado, era apontado e humilhado. Por isso, se deu o 25 de Novembro, foi a fase pior que tive.

Eu tenho aqui um testemunho sobre o 25 de abril, “as motivações da criação do Movimento dos Capitães, começaram por estar relacionadas com problemas de carreira e com o descontentamento das forças armadas pela manutenção da guerra, o Movimento dos Capitães de natureza clandestina organizada para a defesa dos seus interesses corporativos não se desfez. Os Capitães continuaram a reunir-se para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

discutir o que se passava na guerra colonial, portanto, o 25 de Abril, não passou de uma luta corporativa dos militares e foi nesta onda que os políticos perderam a oportunidade de puxar os galões e fazer disto um feito heroico”.

Carla Sofia Massano (PS)

Sobre esta intervenção, queria colocar uma questão, mas antes, não posso deixar de dizer que o 25 de Abril foi o dia da Liberdade, e 25 de Novembro foi o dia da Democracia.

O PS está muito confortável com o 25 de Novembro, sabemos muito bem quem é que esteve na fonte luminosa. Aquilo que me faz alguma espécie, é a extrema-direita querer puxar sempre o 25 de Novembro como se fosse, contra o 25 de Abril.

Precisam de um evento para se mostrarem, já que no 25 de Abril foi a esquerda e todos os democratas que estiveram na defesa da liberdade.

Portanto, queria perguntar à Senhora Deputada se realmente está a favor do 25 de Novembro e contra o 25 de Abril.

João José Louro Ramos (PSD/CDS/PPM)

Começo por agradecer em nome de Monforte ao Senhor Presidente pelo facto de termos resolvido uma obra há muito pretendida, a colocação de alcatrão no caminho das murteiras/caneca e rua da escola, assim como, a construção do muro para suporte de terras que caíam na rua de escola, só foi possível com o apoio da Câmara Municipal, assim estamos a melhorar a vida das populações. Fomos eleitos para servir e estamos a fazê-lo.

Caixas de Multibanco. Foi apresentada uma Moção pelo SEMPRE sobre os encargos das caixas multibanco existentes nas freguesias que foi aprovada. Vai a Câmara Municipal Castelo Branco assumir estes custos? Em termos de exemplo, não sei quanto custa às outras freguesias, mas em Monforte da Beira, custa 430 euros.

Fibra ótica. Em 2022 estivemos reunidos neste salão com os senhores da ANACOM, foi dito e assumido que o objetivo era colocar fibra até final de 2023 em todas freguesias do concelho. Estamos a meio de 2024, não sei se as outras freguesias já têm fibra ótica, em Monforte, ainda não.

Pergunto ao Senhor Presidente se tem alguma informação sobre este assunto?

Disse.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

António Augusto Fernandes (S-MI)

Senhor Presidente, em primeiro lugar, gostava de felicitá-lo pelas suas palavras de estímulo a esta Assembleia, no sentido, de todos trabalharmos para que os trabalhos decorram com a normalidade que é exigida e que as nossas intervenções sejam, no sentido, de trabalharmos todos por Castelo Branco e pelo concelho de Castelo Branco. Felicito-o pela sua intervenção e digo-lhe que não posso estar mais de acordo com ela.

Depois Senhor Presidente trago aqui dois assuntos e serei muito breve e um deles até porque estamos em abril, talvez não faça sentido o cronometragem de tempo estar a contar, mas deixo à consideração do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, até porque serei muito breve, relativamente, a esse meu primeiro tema.

A cerimónia do 25 de Abril que decorreu há quatro dias, foi transmitida para todos os albicastrenses e não só, através da página do Facebook da Câmara Municipal de Castelo Branco. Quando a Deputada, Maria José Rafael estava a usar da palavra, houve uma interrupção no áudio e depois houve uma interrupção no vídeo, depois a transmissão foi retomada quando o Deputado, Francisco Pombo Lopes iniciou a sua intervenção e continuou com a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco.

Em primeiro lugar, compreendemos qualquer problema técnico que tenha acontecido, sublinho, compreendemos qualquer problema técnico que tenha acontecido e, portanto, não me peçam para voltar aqui dizer isto. Seja como for, parece-me que devia ter havido aqui um aviso a toda a comunidade, dizendo que surgiu um problema técnico e que não foi possível, por si só, fazer a transmissão de forma contínua e talvez ao Grupo Municipal do Sempre, deveriam os serviços nos ter informado se tentaram proceder à reparação daquele dano, se não foi possível recuperar aquele áudio e aquele vídeo. Compreendemos, mais uma vez, qualquer problema técnico pode sempre acontecer, mas como estamos em abril, gostava de trazer este primeiro tema aqui.

O segundo tema tem a ver com um documento que é conhecido de todos, penso eu, que é o documento “pasta de transição do Governo” com 50 páginas, de março, deste ano, que tivemos oportunidade de lê-lo cuidadosamente e, relativamente, ao tema das rodovias começa por dizer que estão em curso um conjunto de ações que visam efetivamente tornar desaparecidas aquelas que são a “ligações inexistentes”, mas depois fomos ver e em relação ao IC31 não encontramos absolutamente nada. E, portanto, sobre esta matéria, uma vez que é um tema que nos preocupa a todos, gostava de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se tem alguma informação adicional para prestar a esta Assembleia, uma vez que não consta no plano de transição do Governo, ou se já perguntou a algum membro do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Governo, ou se tenciona o Senhor Presidente da Câmara Municipal fazê-lo junto do Governo a bem de Castelo Branco e a bem de toda a região.

Presidente da Assembleia Municipal

Quanto à questão que coloca, relativamente, à Sessão Solene Comemorativa do 50º. Aniversário, do 25 de Abril, posso-lhe dizer que desconheço qualquer problema que tenha havido. Não estou a dizer que não houve problema. Eu é que desconheço. E, portanto, se isso aconteceu, é de lamentar, mas vou tentar perceber exatamente o que é que se passou, no sentido, de poder prestar esse esclarecimento.

Obviamente, que as questões técnicas muitas vezes são inopinadas, não se conseguem prever, é provável que tenha acontecido alguma coisa, vou tentar perceber aquilo que me foi perguntado, na sexta-feira, já de tarde, se a primeira parte da sessão solene não estava no site. Efetivamente, está, se está completa ou não, desconheço.

Portanto, não sei e vou tentar perceber aquilo que aconteceu para prestar esse esclarecimento. Agora uma coisa é certa, obviamente, que não houve aqui da parte de ninguém qualquer tentativa, qualquer ideia de prejudicar quem quer que fosse, portanto, vou indagar essa questão e na próxima sessão, se não for antes, faço questão de esclarecer exatamente aquilo que aconteceu.

Milena Cristina da Silva Marques Santos (Presidente da Junta de Freguesia de Alcains)

A Oviger é o único matadouro desde a Beira Interior até ao Alentejo, servindo múltiplos produtores desta vasta região no que diz respeito à espécie bovina e ovina sendo um motor de desenvolvimento estratégico para Alcains, para o Concelho e para toda a região.

Pouco depois da tomada de posse do atual executivo da Junta de Freguesia de Alcains foi solicitada uma reunião pelo responsável da OVIGER, Eng. Fernando Malheiro, informou-nos que o grupo FORTUNA tinha adquirido o matadouro de Alcains com a perspetiva de o tornar num grande posto de abate de bovinos, mas, ao chegarem ao terreno, depararam-se com a dificuldades em encontrar pessoal qualificado e com vontade de trabalhar nesta área (Assistentes operacionais, assistentes técnicos e técnicos superiores) e com um grave problema, que se devia à inexistência de ligação do coletor de afluentes da empresa à ETAR de Alcains.

O responsável da empresa procurou junto de nós encontrar uma solução para estes problemas, recrutar trabalhadores na freguesia e terras vizinhas, para resolver a ligação do coletor em conjunto com a Câmara Municipal de Castelo Branco.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Sendo um dos nossos objetivos trazer formação profissional à vila, contactámos o Instituto do emprego e formação profissional e solicitamos formação nessa área. Poucos meses depois iniciou um curso de Operador/a de Preparação e Transformação de Produtos Cárneos na nossa freguesia, sendo de referir que os todos os formandos ficaram a trabalhar no matadouro.

Relativamente à recolha dos afluentes da Oviger, reunimos com o Sr. Presidente da CMCB, com o administrador da empresa Eng.º André Araújo e com o Eng. responsável pela gestão da mesma. Nessa reunião os responsáveis da empresa afirmaram estar dispostos a melhorar as condições existentes, investindo em novos equipamentos, de modo que a ligação ao coletor pudesse ocorrer sem prejuízo das partes envolvidas, por seu lado o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, mostrou preocupação com a situação e vontade de a resolver com a maior brevidade possível.

Iniciou-se assim um percurso que culminou no passado dia 22 de Abril com a assinatura de um protocolo entre as entidades envolvidas, relativo aos trabalhos de drenagem dos efluentes industriais do matadouro para a Estação Elevatória de tratamento de águas residuais de Alcains.

Não posso deixar de aqui referir, o rosto desta luta, o Sr. Engenheiro Peralta, um conterrâneo que ao longo dos anos, tem denunciando o estado em que esta ligação se encontrava junto dos vários executivos camarários sem, no entanto, ter obtido resolução.

Uma questão que demorou décadas para ser resolvida foi solucionada por este executivo, que não teve medo em ir à luta e de trabalhar com todas as entidades envolvidas para encontrar uma solução que desse finalmente resposta aos problemas da empresa, dos Alcainenses e do meio ambiente.

Todos sabemos que o abastecimento público de água às populações, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos constituem serviços públicos de carácter estrutural que são essenciais ao bem-estar geral, à saúde pública e à segurança coletiva das populações, às atividades económicas e à proteção do ambiente.

Apelo ao Executivo que juntamente com os Serviços Municipalizados de Castelo Branco continue a desenvolver todos os esforços para a melhoria da qualidade de vida da sua população, com um trabalho contínuo de criação de novas redes e de reestruturação e requalificação das existentes. Um trabalho que muitas vezes não é valorizado, não é muito visível, mas do qual depende a saúde de todos nós.

São estas obras que as nossas populações precisam, criação e requalificação de infraestruturas da rede pública de água e de saneamento, para, ao mesmo tempo, melhorar as condições de vida das populações, criar condições para a fixação de empresas e reduzir o impacto das atividades económicas no meio



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

ambiente e na saúde pública. Esta é a manifestação dos princípios fundamentais do desenvolvimento sustentável, em prol das populações e da nossa terra.

Finalizo, agradecendo em nome de todos Alcainenses que aqui represento, ao Executivo da Câmara Municipal e aos Serviços Municipalizados de Castelo Branco, nas pessoas do Senhor Presidente Leopoldo Rodrigues e da Eng^a Sónia Mexia, e aos restantes intervenientes neste processo todo o empenho e dedicação à resolução deste impasse que ao longo de tantos anos tem consternado a nossa Vila.

Em nome de todos os Alcainenses, bem-haja.

João Filipe Dias Ribeiro (CHEGA)

O primeiro ponto, penso que todos tivemos contato com situações destas, falo de jovens, aliás muitos jovens foram candidatos nas últimas eleições autárquicas, alguns até estavam aqui connosco, tiveram que abandonar o nosso país e a nossa cidade, do centro do país para as grandes cidades.

A minha questão é, se não devíamos pensar e não sei se a Câmara tem isso pensado ou não, se devíamos ter um gabinete específico para quando um dos jovens pretendesse abandonar a nossa cidade, eventualmente, porque não encontram solução profissional, de habitação, terem um gabinete de apoio que o convença que essa não é a melhor solução, isto não é estar aqui a limitar de forma nenhuma as aspirações dos jovens, mas era termos aqui um gabinete que apoiasse os jovens a ficar em Castelo Branco.

A outra questão e penso que a dúvida não será só minha, gostaria de saber o que é que esteve na origem da construção daquilo que estamos a assistir nas Docas, aqueles tanques, parece que é para reserva de água, o que é que esteve por trás, qual foi a intenção de fazer aquela obra que na minha modesta opinião não é a coisa mais bonita de se ver.

Obrigado pela atenção.

José Alberto Moreira Duarte (PSD/CDS/PPM)

Em primeiro lugar, dizer ao Senhor Presidente da Mesa que as suas primeiras palavras, provavelmente, poderão assentar a muita gente menos a nós. Sempre que estive aqui, fui muito construtivo e aquilo que tinha que dizer, digo-o de uma forma direta e sem quaisquer rodeios, nem estou aqui para encher chouriços para contar minutos nos seus gráficos que apresentou aqui. E, deixo aqui a minha surpresa por isso mesmo e a minha palavra sincera daquilo que tenho a dizer.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Em segundo lugar, começo por dizer que este ano, o tempo da Senhora de Mércules foi altamente favorável e ajudou todos aqueles que lá tinham os seus negócios e também a ida lá e foi com surpresa e satisfação que vi a pintura das passadeiras, exatamente, no trajeto para lá, o que acho que ajudou bastante a situação, ou seja, para que os piões pudessem passar que eram muitos. Senhor

Presidente da Câmara, agradeço, se foi intencional foi bem feito, se não foi calhou na hora certa. Mas, também venho ao encontro daquilo que o Senhor Deputado do MPT disse há pouco, era importante também que no fim da primavera com as chuvas, seria importante reparar o resto das passadeiras. Já agora estamos no fim da primavera, há bastantes ervas junto aos passeios e será oportuno fazer-se isso.

A Senhora Presidente da Junta de Alcains, trouxe aqui um assunto da Oviger, também me diz muito, fui utente desse matadouro durante 26 anos e é lamentável que tenha sido preciso tanto tempo para se encontrar esta solução que segundo diz, é vantajosa e merece o agradecimento da parte de todos, tanto da Freguesia de Alcains, como de todos os utentes. Esqueceu-se que não há só ovinos e bovinos aqui na zona, se alguém tiver suínos na nossa zona, não sabe onde os matar, na melhor das hipóteses em Santarém, Tomar ou Sousel e por isto, estamos perfeitamente abandonados, nesse sentido, e foi lamentável que no momento oportuno ninguém tivesse salvo essa situação.

Não tenho dúvida nenhuma que é uma unidade que faz falta em Alcains, era muito triste encerrar e se veio uma empresa para cá e agora tomou conta disto e a monopolizou, é sempre de apoiar e sou o primeiro defensor e como tal, volto a dizer que agradeço terem decidido dessa forma e também de estarem ao lado dos cidadãos que várias vezes manifestaram, exatamente, o alerta do que estava a acontecer.

Luís Manuel de Andrade (Presidente da Junta de Freguesia de Sto. André das Tojeiras)

Venho a esta assembleia novamente com o tema do Associativismo, uma vez que continuamos a assistir, com grande preocupação, ao desastre e à incapacidade do executivo municipal em conseguir dar resposta, em tempo útil à atribuição dos subsídios ao associativismo desportivo.

Na última Assembleia Municipal, estávamos em final de fevereiro de 2024, que para as associações desportivas é o final de época e ainda não sabiam, e continuam sem sabem com o que contam em termos de apoios por parte da Câmara Municipal. A correr tudo bem só amanhã, dia 30 de abril é que o assunto, referente às modalidades desportivas coletivas, será levado à reunião do executivo, deixando ainda para trás, as modalidades individuais.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A associação desportiva que mais apoio tem recebido do Município, concluiu a época no primeiro fim-de-semana de abril, e ainda não sabe com o que conta em termos de subsídio da autarquia, referente a uma época desportiva que já terminou.

Senhor Presidente da Câmara, não é admissível o tempo que o seu executivo demora a atribuir o apoio às Associações desportivas do concelho, isto não é tratar bem o associativismo no concelho de Castelo Branco.

Quero deixar, em nome do SEMPRE Movimento Independente, uma palavra de reconhecimento aos dirigentes associativos desportivos, pela forma profissional com que geriram as respetivas associações e, por terem colocado em primeiro lugar os clubes, tratando-os com o máximo de respeito, em vez de se manifestarem na praça pública. Só cada dirigente é que sabe as dificuldades e as pressões a que esteve sujeito para poder levar a época desportiva até ao final.

No que se refere ao Associativismo cultural, a forma como este executivo municipal tem estado a gerir os apoios, em particular a obrigatoriedade das várias contrapartidas que estas entidades têm que assumir para com o Município, esvazia-as da sua receita própria, deixando de se verificar a receita que seria espetável.

Ainda no que se refere ao associativo cultural e em particular aos apoios às sedes das coletividades, o Senhor Presidente da Câmara, além de não dar resposta, quando pressionado pelas coletividades dá uma resposta muito vaga dizendo que vão começar a tratar..., ou seja, até ao final do mandato é melhor não contarem com apoios. Esta postura não reconhece nem valoriza o trabalho voluntário nem o esforço que os corpos sociais das coletividades dedicam do seu tempo à causa pública.

O sucesso das associações reflete-se no bem-estar da nossa comunidade. É necessário garantir que as associações recebam o apoio necessário, em tempo útil, para continuarem a servir os interesses da nossa população.

Senhor Presidente, caras e caros membros da Assembleia Municipal, cidadãos albicastrenses, não podemos ignorar esta realidade. É urgente que a Câmara Municipal adote medidas concretas em tempo útil para resolver este problema.

O que o Senhor Presidente deve dizer a esta Assembleia é o que é que se passou, explicando o porquê desta demora que já se arrasta há mais de 20 meses.

Muito obrigado!



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

André Bernardino (PS)

No passado dia 21 de março, a Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa e a Comissão Diretiva do Programa Regional do Centro (Centro2030) assinaram o pacto de Coesão e desenvolvimento territorial. Isto é, procederam à formalização dos projetos a inscrever no novo Quadro Comunitário de Apoio, Portugal 2030.

O município de Castelo Branco conseguiu assegurar um investimento de 17 milhões de euros, de um total de 57 milhões de euros atribuídos à Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa.

Destaca-se um aumento do valor atribuído aos projetos da Câmara Municipal de Castelo Branco relativamente ao anterior Quadro Comunitário de Apoio. O investimento para implementação desses projetos deverá ocorrer até 2027. Dos projetos apresentados, destaco: a construção de uma nova placa de estacionamento de aeronaves no Aeródromo bem como a implementação de um sistema de iluminação para a pista, intervenção no espaço compreendido entre a estação e o Barrocal, a requalificação das escolas dos Escalos de Baixo e de Monforte da Beira, a reabilitação das antigas instalações da Guarda Fiscal para a instalação do novo Centro de Empresas Inovadoras.

Desta forma, o Partido Socialista congratula o Presidente da Câmara e o respetivo executivo, pela captação desses valores, que deve ter resultado de uma negociação árdua com os restantes municípios. É mais uma vez a prova de que a Câmara Municipal tem projetos definidos e que alguns já se encontram em fase de obra.

E falando de investimento, não podia deixar de referir o tecido empresarial albacastrense. Os dados do IAPMEI indicam que as 41 empresas inscritas no programa PME Líder apresentam, no ano de 2023, um volume de negócio de 174 milhões de euros, o que corresponde a um acréscimo de 905 mil euros, relativamente ao ano de 2022, sendo a variação do volume de negócio de cerca de 15% em 2023. As exportações foram de, cerca de, 36 mil euros, com uma taxa de exportação de perto de 4%. Os dados apresentados mostram que as empresas PME Líder do Concelho de Castelo Branco lideram o volume de negócio e lideram as exportações no nosso Distrito.

Assim sendo, o PS quer também congratular todas as empresas que compõem o tecido empresarial do Concelho de Castelo Branco, pois o investimento que fazem são um garante de estabilidade da economia, de estabilidade de emprego e um garante de sustento para as famílias albacastrenses.

Tenho dito.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Armando Lopes Ramalho (S-MI)

Atendendo ao que foi prometido para a Zona Histórica de Castelo Branco, à ineficiência em cumprir as promessas e à ausência de respostas em relação às perguntas colocadas nas reuniões desta Assembleia, designadamente de dezembro de 2023 e de fevereiro de 2024, vimo-nos na contingência de voltar ao mesmo tema – as promessas para a zona histórica, Take 3.

Senhor Presidente, Dr. Leopoldo Rodrigues, para não sermos fastidiosos com esta Assembleia, das promessas feitas pelo atual executivo socialista para a zona histórica da nossa cidade, apenas vamos destacar aquela que tem o seu comprometimento pessoal:

“O Novo centro histórico de Castelo Branco. Espaço multifuncional com emprego e empresas, reabilitado, com serviços públicos de excelência, novas acessibilidades, comércio, restauração e hotelaria de referência. Um local de afirmação da excelência dos produtos, dos sabores e das artes de Castelo Branco. Qualidade de vida única para quem já cá vive e para atrair novos residentes casais e jovens. Leopoldo Rodrigues”;

Assim, reiteramos as nossas questões:

1. No que se refere à Escola de Chefs, gostaríamos de saber para que idade está dirigido o ensino que aí vai ser ministrado e qual a qualificação dada? É uma escola com Ensino Superior? Quais as vantagens competitivas com a abertura desta escola? Qual o valor acrescentado à cidade? Como é que essa escola se enquadra na Carta Educativa do Concelho de Castelo Branco?

2. No que se refere à requalificação urbana da zona histórica, e considerando as declarações do Sr. Presidente da Câmara à comunicação social nas quais assumiu que a requalificação dessa será por “canteiros ou quarteirões”, perguntamos se já foi feito, e colocado à apreciação pública, qualquer projeto de requalificação urbana para a zona histórica? Quais os autores do projeto? Quantas habitações pretende requalificar? Qual o modelo de financiamento? Das cem habitações por ano prometidas, qual o número que pretende disponibilizar no presente mandato? Qual o número de empresas a instalar na zona histórica no presente mandato?

Enquanto não se pensar de forma integrada, a requalificação da zona histórica, corremos o risco dos únicos canteiros requalificados (ou desqualificados) no seu mandato serem os de flores, que parece estar a promover no antigo passeio verde.



Daniel António Guerreiro (PS)

“Gerir uma câmara não é a mesma coisa que gerir uma mercearia”, disse o Sr. Vereador Jorge Pio numa conferência de imprensa que o Sempre realizou relativa à prestação de contas do exercício do ano transato.

O Partido Socialista está ciente do que é gerir um Município da dimensão do de Castelo Branco, aliás, desde 1997 que tem vindo a acumular conhecimento e experiência, e acima de tudo, confiança. Todos sabemos que desde a ideia à sua concretização, passando por todas as burocracias envolvidas, existe uma demora que é maior do que todos gostaríamos. Por isso é natural que no início de um novo projeto político, com uma nova estratégia e novas ações, seja apenas na 2ª metade do mandato que os novos investimentos se comecem a materializar e evidenciar.

E podem perguntar quais são essas evidências, já que mostram ter uma postura de desdém e sempre negativa. Criticaram que o executivo socialista assenta a estratégia na propaganda e pouca concretização, e na criação de distrações. Enquanto membro do Partido Socialista e deputado nesta Assembleia Municipal, não poderei deixar passar. Quem mostra estar distraído - não fico surpreendido - é o Sempre. E se o dizem não estar, terei mais certeza quando reafirmo que cultivam a cultura de desdém e menosprezo, ignorando por completo os esforços que têm sido feitos para responder às necessidades e ambições dos albicastrenses. Com este tipo de críticas e retórica inflamada parecem procurar utilizar a mesma receita que os novos partidos populistas.

São falaciosos ao não reconhecerem o que está a ser feito;

São falaciosos ao não reconhecerem o novo quadro de competências delegadas na Câmara Municipal e todo o esforço que isso implica;

São falaciosos e cínicos porque anteriormente estavam diretamente envolvidos nas mesmas políticas e decisões que agora estão a atacar. E se não querem que se fale de projetos e propostas que ainda estão em planeamento, muito bem, falemos só do que já está feito, em andamento ou vai iniciar no imediato:

É mais de 1 milhão de euros na requalificação de arruamentos no Bairro da Carpalha, para proporcionar ruas mais seguras e acessíveis;

É 1 milhão e meio de euros na construção do novo Centro de Saúde de Alcains, que irá garantir uma prestação de serviços de saúde mais eficiente e abrangente para os Alcainenses;

É mais de 1 milhão de euros para a construção de um novo Centro de Empresas Inovadoras que ampliará o estímulo ao empreendedorismo local;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

São mais de 2 milhões de euros para a construção de uma Creche no Bairro das Violetas para oferecer cuidados de qualidade para as crianças e apoio às famílias;

São também mais de 2 milhões de euros para construção da USF da Avenida Nuno Álvares para uma assistência médica mais próxima e acessível para os moradores do centro da cidade;

São quase 3 milhões para a construção da Escola de Chefs, na zona histórica;

E se não bastasse, sobre os investimentos realizados na zona histórica, foram já reabilitados 3 prédios, com um investimento na ordem dos 600 mil euros e lançado um novo procedimento no valor de 190 mil para a reabilitação de mais um;

Senhoras e senhores deputados, existe um conjunto de necessidades a responder e dar cumprimento, como é o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais e Pluviais, como está a acontecer neste preciso momento nas ruas de Santiago, Dadrá ou no Bairro da Cruz do Montalvão, em que as redes de infraestruturas estão a ser requalificadas. E para que não venham dizer que são meras obras de cosmética, explico-vos também as razões de serem obras estruturantes:

Com a modernização das novas infraestruturas de águas estamos a contribuir para a redução de perdas, para a melhoria da qualidade dos serviços prestados (quer na qualidade da água ou da sua pressão), favorecemos a preservação do ambiente e aumentamos a eficiência hídrica do Concelho.

E poderão dizer que podíamos fazer mais, claro pois, queremos sempre mais para os albicastrenses. Mas se querem ser justos e honesto, se detalharmos o que criticam, admitirão que desde 2017 que o valor total em investimentos de capital tem vindo a ser reduzido... em 2019 tiveram um valor de investimento muito semelhante. Aliás, de 2016 para 2019 reduziram para metade o investimento em capital.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

É com firmeza e convicção que concluo a minha intervenção: não posso permitir que as críticas infundadas e o desdém por parte da oposição prevaleçam sobre os esforços dedicados e o progresso tangível que temos alcançado em Castelo Branco.

É evidente que a oposição prefere lançar acusações vazias e distorcer os factos em vez de reconhecer o trabalho árduo e os investimentos significativos que temos feito. E mais digo, correm boatos nas nossas ruas que só procuram instalar mentiras e polarizar a opinião pública. Falo em nome do Partido Socialista e reitero que estamos comprometidos com o desenvolvimento e o bem-estar dos albicastrenses. Não estamos apenas a cumprir as nossas responsabilidades básicas, mas estamos a avançar com iniciativas que tardavam e outras que façam justiça aos nossos compromissos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Não vou permitir que a retórica negativa e as tentativas de desmoralização nos desviem do caminho que os albicastrenses mais uma vez decidiram escolher.

Francisco Manuel Pombo Lopes (PS)

Como é apanágio desta autarquia e da sua estratégia governativa, as pessoas são o elemento central de toda a estratégia deste Município. Como prioridade que são os cuidados de saúde essenciais preventivos, curativos à população, mereceu desde logo, uma importância central por parte deste Executivo.

É com a criação de novas Unidades de Saúde Públicas, a Unidade de Saúde Familiar na Avenida N'Álvares, anteriormente, referida, que terá até à sua conclusão, os serviços a funcionar no edifício da Quinta das Violetas. Quer do novo Centro de Saúde de Alcains, nas instalações do antigo Ciclo Preparatório que irão revitalizar aquela infraestrutura há tanto tempo abandonada e irão certamente contribuir para uma melhor prestação de cuidados de saúde à população alcainense e não só, das freguesias próximas.

É também de saudar o investimento privado na Saúde e o crescente anúncio do hospital particular, na cidade de Castelo Branco, só vem reforçar a ideia dos cuidados de saúde à população e diversificar também essa oferta à população e esta vem ao encontro da política que tem sido implementada por este Executivo que são as pessoas, em primeiro lugar, e muitas vezes as pessoas esquecem-se que não só a construção de betão é obra, o cuidado que é prestado às pessoas também é um custo justificado, porque as pessoas estão em primeiro lugar e é para isso que serve a política pública, é para as pessoas.

José Dias Pires (Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco)

Em cada esquina, um amigo; em cada rosto, igualdade; em cada casa, um vizinho, em todos, comunidade.

É com este lema que, no trabalho autárquico, todos nos devíamos comprometer. Todos, mesmo: autarcas dos executivos e das assembleias municipais e de freguesia, responsabilizados no desafiante trabalho de governar ou no fundamental papel de ser oposição.

As esquinas, todas as esquinas, sempre foram desafiantes: obrigam-nos a chegar aos lados não visíveis dos espaços e a ir, de forma igualitária, comprometida e amiga, ao encontro das realidades dos que, connosco, são comunidade.

Vivemos felizmente, mesmo para os que a contragosto o aceitam, os tempos de abril e todas as datas que se lhe seguiram, por mais contraditórias, complementares ou enriquecedoras só têm relevância porque existiu um dia 25 de abril que nos pequenos lugares, nas mais recônditas aldeias, nas quelhas, nas ruas, nos bairros degradados, nas urbanizações mais cosmopolitas, nos permitiram partir em busca da igualdade, da fraternidade e, mais do que tudo, da liberdade que nos possibilitou combater o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

analfabetismo, a pobreza material e cultural, o não acesso à saúde, à educação, ao desporto, ao lazer e ao exercício da cidadania.

Sim, Portugal mudou para muito melhor. Apesar dos desacertos, que os houve, nada se compara aos acertos fundamentais e estruturantes que nos mudaram para nunca voltarmos aos tempos obscuros e infelizes da ditadura.

Em cada esquina, um amigo; em cada rosto, igualdade; em cada casa, um vizinho; em todos, comunidade. Esta a conjunção que enobrece o trabalho autárquico, que foi, é e será, naturalmente, um trabalho de investimento material nas infraestruturas, mas que deve ser, fundamentalmente, um trabalho de investimento nas pessoas, nos vizinhos.

Está tudo feito? Claro que não. Há muito por fazer, naturalmente. Sabemos isso. Os autarcas do PS albacastrense sabem isso. E reconhecem o muito que foi feito no investimento material, sem esquecer o que importa fazer no investimento nas pessoas.

Os últimos três anos foram dos mais desafiantes e difíceis do pós 25 de abril. A pandemia, a guerra na Ucrânia e no médio oriente e as perigosas oscilações inflacionistas, obrigaram as autarquias do nosso Concelho a um maior cuidado com as pessoas e as suas dificuldades, especialmente na governação de proximidade, que é a área de intervenção autárquica na qual se aplicaram cerca de quatro milhões de euros.

Uma proximidade também atenta às micro, pequenas e médias empresas reforçando o esforço de pagamento a fornecedores, muitos dos quais locais, baixando o valor da dívida existente em mais de um milhão de euros durante o ano de 2023.

Proximidade atenta aos cidadãos, através da devolução de mais de um milhão e 300 mil euros de receita do IRS.

Proximidade atenta às famílias com o aumento em 239 mil euros do apoio às refeições escolares, de 301 mil euros no apoio às despesas com as creches, de 591 mil euros para as atividades extracurriculares e de 786 mil euros com os transportes públicos escolares e não escolares.

Passámos o anterior mandato autárquico a ouvir, e bem reconheça-se, falar da importância do imaterial; a constatar que as pessoas são mais importantes que o cimento armado; a reclamar que, depois de infraestruturar, o papel das autarquias passa, fundamentalmente, pelo investimento no trabalho social e no apoio social necessário e suficiente para gerar o bem-estar comunitário, onde se inclui a cultura, claro.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

O 25 de abril foi, é e será uma porta de exigência de rigor, compromisso e coerência onde não caiba a hipocrisia escondida atrás de uma máscara de bonomia de quem ontem defendeu uma coisa e hoje pugna, devido a interesses muito particulares, pelo seu contrário.

É aqui, no trabalho de proximidade que cedo se descobrem os construtores dos mantos diáfanos da fantasia que pouco ou nada fizeram, fazem ou farão de relevante, desapegado e solidário na vida comunitária associativa ou institucional para que haja em cada esquina, um amigo; em cada rosto, igualdade; em cada casa, um vizinho e em todos, comunidade.

Sabendo das nossas falhas, mas confiantes nos nossos acertos, no PS não abdicaremos do 25 de abril. Nunca!

Presidente da Câmara Municipal

Começo precisamente pelo Senhor Professor Doutor Ernesto Martins, que coloca três questões muito objetivas, a primeira delas, a necessidade de alcatroar várias estruturas viárias na cidade e no Concelho.

Concordamos consigo, Senhor Deputado, com a necessidade de fazer esse trabalho de alcatroamento e trabalho também de melhoria do que são os pavimentos na cidade e no Concelho. Acontece que há muito tempo, as vias de circulação da nossa cidade e do nosso Concelho necessitam de manutenção, deparamo-nos com situações de obras desenvolvidas pelo Partido Socialista de há vinte anos que estão neste momento a atingir o seu prazo de validade. Temos tido a preocupação de intervir naquelas que consideramos mais urgentes, fazendo pequenas intervenções. Temos intervenções maiores previstas e procuraremos respostas, sobretudo, acautelando aquela que é a segurança das populações e daqueles que passam nessas vias de comunicação. Não conseguiremos fazer tudo de imediato, temos algumas intervenções, uma delas que concluímos, como foi a ligação da estação de tratamentos de águas residuais aqui à saída da cidade, no nó da A23.

Temos outras obras previstas na cidade, sendo que também é importante ter em atenção aquilo que foi feito durante estes últimos vinte e tal anos em que o Partido Socialista esteve à frente dos destinos do Município, aproveitar a requalificação das vias para fazer também a requalificação do saneamento e também a melhoria do acesso dos cidadãos, um bem tão precioso como é a água.

Quanto à segunda questão que coloca, a respeito da sinalização, de facto, temos já um instrumento e já temos uma aplicação que nos permite fazer isso, o “Castelo Branco Digital” em que os cidadãos podem sinalizar ocorrências e podem inclusivamente fazê-lo através do carregamento de fotografias.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Fez uma pergunta sobre o projeto das creches, como sabe e já o afirmamos aqui mais que uma vez, temos como objetivo a construção de três creches no Concelho de Castelo Branco, não acontece por acaso. Acontece dando resposta a uma estratégia integrada e um projeto de desenvolvimento de Castelo Branco que passa muito por uma questão que também já foi aqui colocada, pela atração e fixação dos mais jovens. Sabemos da necessidade de lugares em creches, sabemos que é uma resposta que está aquém daquilo que são as necessidades das pessoas e sabemos que isso condiciona a presença dos jovens e condiciona aquilo que é o desempenho de atividades profissionais para muitas das nossas famílias jovens, pelo facto de não terem uma creche onde deixarem os seus filhos. É por essa mesma razão que iniciámos já neste mandato, o projeto para a construção das mesmas. O primeiro dos projetos está concluído, é uma creche instalada na Quinta das Violetas de oitenta e quatro lugares que procuraremos ainda durante esta semana trazer a deliberação do Executivo, o concurso para início das obras.

Relativamente, aos outros dois projetos de Alcains e da Quinta Pires Marques, o de Alcains, o projetista já nos apresentou um estudo prévio, relativamente, àquilo que é a intervenção a fazer e procuraremos apresentá-lo e discuti-lo com a população de Alcains o mais breve possível e há um terceiro projeto, penso que estaremos neste momento na fase de contratação e da apresentação de documentos por parte do projetista que ganhou o concurso para a sua elaboração.

Relativamente, à lavagem de ruas, também aqui demos passos importantes, significativos e importantes, tendo como objetivo, a higiene e limpeza urbana, mas também a sustentabilidade ambiental. Logo no início do nosso mandato começámos a fazer limpeza e lavagem de ruas e começamos a fazê-lo utilizando a água disponível nos poços da cidade. E, por essa mesma razão, também, já durante este mandato e através dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco, construámos no Bairro do Cansado e na Quinta das Pedras duas estruturas que nos permitiram abastecer mais rapidamente os equipamentos e veículos que fazem esse trabalho. Estivemos algum tempo à espera de autorização e de um parecer positivo por parte da APA, penso que chegou a semana passada. Os equipamentos estão preparados e, portanto, iremos mais uma vez fazer a limpeza e higienização das ruas e fazê-lo através de água que existe na cidade com alguma abundância e será usada nesse sentido.

A Senhora Deputada, Maria da Conceição, já teve por parte da Senhora Deputada Carla Massano uma resposta com a qual me identifico, identificamo-nos com o 25 de Abril, foi de facto um momento marcante da história contemporânea portuguesa e foi o momento mais bonito e também o mais significativo da história contemporânea portuguesa. Sobre esta dialética e esta discussão, entre o 25 de Abril e o 25 de novembro, penso que não faz sentido, até porque um homem da nossa terra, um homem exemplar a todos os níveis, o General Ramalho Eanes, ainda recentemente numa entrevista, deu a um Órgão de Comunicação Social, afirmou que o momento crucial e mais importante da revolução foi precisamente o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

dia 25 de Abril. Ora, dito pelo General Ramalho Eanes diz tudo sobre o 25 de Abril, sobre a sua importância, sobre a liberdade e a democracia que nos trouxe.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Monforte da Beira, João Ramos, coloca três questões sobre os multibancos, em primeiro lugar, a obra que realizámos com a pavimentação do caminho para o Monte da Caneca, estivemos com a população há pouco tempo para sinalizar esse investimento que teve também uma outra intervenção, já dentro da localidade de Monforte da Beira e que melhorou, significativamente, o acesso ao interior e do interior para sair de Monforte. Quanto aos pagamentos dos Multibancos ainda não está definido, veremos de que forma é que podemos resolver. A reunião com a ANACOM, foi uma reunião que teve como objetivo a sinalização das zonas brancas no Concelho de Castelo Branco, relativamente, no que respeita à fibra ótica. Depois disso, já tive outra conversa com o responsável da ANACOM que, entretanto, foi substituído no final do ano passado e deixou de prestar funções, mas ainda assim, já temos algumas coisas que se realizaram, não na freguesia de Monforte da Beira, mas nas freguesias de Alameda, São Vicente da Beira, Sarzedas e Alcains, onde foi reforçada a rede de fibra ótica, embora ainda não esteja em funcionamento, entrará em funcionamento dentro de algum tempo. De acordo com o que nos foi informado pela ANACOM, haverá um novo concurso para um reforço da fibra ótica nas diferentes freguesias, procurando dar resposta às necessidades das populações e o facto de ainda não termos em algumas zonas brancas, ou seja, zonas não servidas por fibra ótica.

O Senhor Deputado, António Fernandes, pergunta-nos sobre o Plano de Investimento do Governo, na pasta que transitou, o que lhe posso dizer Senhor Deputado é que o Partido Socialista e, eu próprio, em devido tempo fizemos o nosso trabalho. Reunimos com os membros do Governo, nomeadamente, com o Senhor Ministro das Infraestruturas, com o Senhor Secretário de Estado, com o Senhor Primeiro-Ministro, e conseguimos algo que para muitos seria impensável e para muitos seria difícil. Conseguimos o compromisso pessoal e político do Senhor Primeiro-Ministro, do Senhor Ministro das Infraestruturas e também da Senhora Ministra da Coesão Territorial, aqui mesmo neste Salão Nobre e penso que o Senhor Deputado também esteve presente na apresentação por parte dos membros do Governo do projeto de construção do IC31, em perfil de autoestrada e depois em diferentes momentos declarações dos responsáveis governativos, relativamente, a este assunto.

Também é público porque foi publicado nos instrumentos legais, nomeadamente, no Diário da República e não só, está aberto e já foi entregue, salvo erro, o projeto para o IC31 em perfil de autoestrada. Portanto, os nossos governantes cumpriram aquilo com que se tinham comprometido, fizemos o nosso trabalho, no sentido, de sensibilizar e reivindicar o investimento que é fundamental para esta região, mas não apenas para esta região, é fundamental para o país, para o seu desenvolvimento e para a sua coesão e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

acreditamos que o atual Governo dará sequência a esse compromisso, até porque também por parte do PSD ao longo do tempo tem havido uma proposta e defesa do IC31, em perfil de autoestrada.

Como também, o Senhor Deputado, António Fernandes, sabe, o Governo tomou posse há muito pouco tempo. Já pedimos algumas reuniões a membros do Governo, sobretudo, relacionados com projetos que são mais urgentes e mais significativos. Compreendemos perfeitamente que os Senhores Governantes, sejam Ministros ou Secretários de Estado precisarão de algum tempo para assimilarem aquilo que são as diferentes pastas e para organizarem a sua agenda, dando-nos a possibilidade de nos receber e dar resposta a algumas questões que temos para lhes colocar.

A Senhora Presidente de Junta de Freguesia de Alcains, Milena Santos, faz aqui uma intervenção sobre a Oviger e sobre a presença do grupo Fortuna e ainda sobre o novo destino do Matadouro de Alcains. Efetivamente, logo no início do nosso mandato fomos confrontados por este grupo com uma dificuldade, que é uma dificuldade ambiental, que condiciona aquilo que é a atividade industrial e económica deste grupo.

O facto das águas residuais que resultam do abate dos animais no Matadouro serem pré tratadas numa ETAR do próprio Matadouro e depois deste pré-tratamento serem lançadas na Ribeira da Líria, é um problema que se arrasta há cinquenta anos. De acordo com as palavras do Engenheiro Peralta, já aqui citadas, era já um problema que se arrastava e que carecia de uma intervenção e foi aqui que a Câmara Municipal e os Serviços Municipalizados de Castelo Branco entraram, de acordo, com aquilo que eram as necessidades de Alcains, da indústria de Alcains e das necessidades ambientais da população de Alcains, isto exigiu uma conversação com a empresa de águas públicas, através das Águas de Lisboa e Vale do Tejo, exigiu a necessidade de encontrarmos uma resposta que fosse adequada e também de compromissos por parte da empresa das Águas e também da Câmara Municipal e durante alguns anos, foi esse processo de negociação que levamos por diante de modo a concluir com a assinatura de um contrato com a Oviger que ocorreu recentemente, na vila de Alcains. Consideramos este processo difícil, que exigiu negociação e compromissos, mas foi encarado com responsabilidade de todos, nomeadamente, pela Senhora Administradora dos Serviços Municipalizados, a Engenheira Sónia Mexia que ainda há poucos dias recordava que na primeira reunião que teve comigo, depois de ter iniciado as suas funções, foi uma das questões que coloquei como prioritária resolver. Ela entendeu dessa forma e durante este tempo desenvolveu os procedimentos conjuntamente comigo e outras pessoas, de modo, a encontrarmos uma resposta. Finalmente, encontramos uma resposta. A obra vai ser iniciada no próximo mês, esperamos concluí-la com alguma brevidade, tem a parte das infraestruturas que será paga pela própria Oviger, depois, uma parte da intervenção pública que será da responsabilidade dos Serviços



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Municipalizados de Castelo Branco. Repito, é dar resposta a um problema que tem mais de 50 anos que foi conseguido através de um assumir de compromissos que obviamente, saudamos.

Quanto ao Senhor Deputado João Ribeiro, do CHEGA, fala-nos dos jovens que tiveram que abandonar o país e a cidade. É aqui Senhor Deputado que lhe digo que a Câmara Municipal tem uma estratégia conhecida e que está em marcha e que acreditamos que dê resultados. Resultados de atrair e de fixar população e população jovem na nossa cidade. Já aqui foi dito e repito porque não é de mais repeti-lo, porque parece que alguns ainda não compreenderam, que a Câmara Municipal apoia como nunca as nossas famílias e apoia diretamente as nossas famílias jovens e é por isso que estamos a construir creches, para que os nossos jovens, as nossas famílias tenham um lugar para deixar os seus filhos, onde possam ser educados, acompanhados e onde tenham todas as condições de tratamento, para que não tenham que ficar em casa quando deviam estar a trabalhar. É por isso que estamos a planear e vamos implementar a construção de três creches que dará resposta aos jovens e às jovens famílias. É a pensar nas famílias, nas jovens famílias e nos jovens que pagamos as refeições, é a pensar nas jovens famílias que pagamos cento e cinquenta euros às crianças que estão a frequentar as creches. É também a pensar nos jovens e na sua fixação e no facto de terem aqui as mesmas condições que têm em outras zonas do país que o Município devolve IRS, às famílias. A devolução de IRS às famílias será de 3,5%, acreditamos que fará também diferença, nesse sentido, e nessa circunstância.

Quanto à intervenção na Devesa, Senhora Deputada, é conhecida e resulta de um estudo, relativamente, às alterações ambientais, há necessidade de termos uma cidade mais verde, uma cidade mais amiga do cidadão e uma cidade que privilegie a sombra e também os espaços verdes. É um projeto elaborado por uma arquiteta paisagista e teve a concordância dos arquitetos que projetaram o centro cívico da nossa cidade e, portanto, neste momento, está em desenvolvimento o facto de termos ali mais verde, mais árvores e mais flores, porque também de flores se faz a nossa vida e também com flores se anima o nosso dia a dia.

O Senhor Deputado, José Alberto, do PSD/CDS/PPM, fala-nos sobre a marcação das passadeiras da Senhora de Mércules. Foi uma intervenção que fizemos na altura da Senhora de Mércules, porque temos consciência do número muito significativo de pessoas que utilizam essa via de circulação nesses dias, mas, obviamente, que também não podemos ficar por aqui. Temos a consciência que há muito por intervir no que diz respeito à marcação. É por essa mesma razão que está em concurso a aquisição de um equipamento para marcação de estradas e passadeiras, e temos também em desenvolvimento um concurso para aquisição de uma máquina para aplicação de betuminoso a quente. São dois equipamentos que pretendemos adquirir, que irão agilizar aquilo que é a resposta por parte da Câmara Municipal às intervenções na via pública. Já fizemos intervenções nesse sentido, recordo os sinalizadores de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

velocidade que instalamos em diferentes artérias do nosso Concelho, recorde também a iluminação das passadeiras e a sinalização através da iluminação dessas passadeiras. Temos procedimentos a decorrer no sentido de também aqui, fazer alguma intervenção, nomeadamente, no que diz respeito à redução da velocidade de alguns automobilistas que circulam nas nossas estradas.

Fala das ervas muito grandes junto aos passeios em diferentes locais da nossa cidade e também no centro cívico da nossa cidade. É verdade, essa situação existe, verifica-se e acontece porque também aqui temos que fazer opções e temos que assumir compromissos. O nosso compromisso é um compromisso com o ambiente, com o bem-estar das populações e um compromisso com a saúde das populações. Dei indicações expressas e a Senhora Administradora dos Serviços Municipalizados comunga desta minha opinião, assim como, os meus membros do executivo, temos uma perspetiva que não devemos utilizar herbicidas em espaço urbano e nas vias de circulação, isto leva que a resposta ao corte das ervas seja um pouco mais tardia do que aquilo que seria se aplicássemos herbicidas. Se aplicássemos herbicidas, as ervas simplesmente não cresciam ou nasciam, mas também temos que perceber que ervas não são lixo, pelo contrário, ainda ontem fiz o que faço todos os dias, que foi dar uma volta pela nossa cidade, neste caso, concreto, pela zona histórica da cidade que tanto entusiasma os nossos cidadãos e também os nossos deputados. Fui com um arquiteto visitar um sítio e pelo menos duas abelhas e como sou apicultor, logo sou sensível a essas circunstâncias, duas abelhas picaram as flores que se encontravam no local.

Estamos também a falar da promoção da diversidade e é óbvio não queremos uma cidade com os passeios cheios de ervas, investimos muito dinheiro no corte dessas mesmas ervas, com associações florestais, no ano passado foram quatrocentos mil euros, que transferimos através de protocolo para essas associações para o corte das ervas. Foram também muitos milhares de euros que investimos em concursos para o mesmo e, brevemente, esta semana vamos iniciar uma aquisição de serviços com um operador que trabalha nesta área de corte das ervas nos bairros limítrofes da nossa cidade.

Também há algum tempo, através dos Serviços Municipalizados comprámos algumas máquinas para cortar erva, que os nossos cantoneiros de limpeza utilizam no seu trabalho diário, contribuindo também para essa limpeza.

Coloca também uma questão que é importante, o abate de suínos no Concelho, ou na região que não existe neste momento. Já falamos com a administração do Grupo Fortuna, relativamente, a este assunto e estão renitentes em dar esta resposta e estamos também, através da Comunidade Intermunicipal, a tentar encontrar uma solução para o abate de porcos, não sei se será a solução mais adequada e a mais desejada, mas é uma solução possível para dar resposta a essa situação.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Há, no entanto, que dizer que o Grupo Fortuna adquiriu a Oviger e em boa hora, porque a empresa estava a passar dificuldades e, neste momento, temos a capacidade de realização, temos pessoas a trabalhar, sejam locais, sejam pessoas que vieram de outros países para aqui trabalharem e desenvolverem essa atividade que é uma atividade importante.

Na apresentação que fizemos, durante a assinatura do contrato com a Oviger e o Grupo Fortuna que realizamos há poucos dias, foi reafirmado pelo responsável da empresa que o objetivo é continuar a investir e, portanto, aumentar a intervenção, relativamente, àquilo que é a sua atividade.

Quanto ao Senhor Deputado, Luís Andrade, a atribuição dos apoios às associações, devo-lhe dizer que as associações nunca tiveram desprotegidas. A Câmara Municipal ao longo do tempo, sempre apoiou as associações, aliás, verificamos, hoje, um maior apoio às associações, se falarmos de valores em dinheiro, falamos de valores substancialmente acima daqueles que eram transferidos, anteriormente. Relativamente, às associações desportivas coletivas, vamos na terça-feira deliberar, ou seja, encerrar este processo. Existe a necessidade de confirmar valores no que respeita aos desportos individuais, de cada um dos atletas que essas associações indicou durante o seu processo de candidatura.

Quanto às associações culturais em nenhuma circunstância e também, relativamente, às outras, não desrespeitamos as associações em nenhuma circunstância ou fizemos chantagem para que façam parte das nossas listas, ou para que nos apoiem. Respeitamos as associações e os seus dirigentes, respeitamos aquilo que é a sua atividade e o que é a sua inserção na comunidade e a resposta que dão aos nossos cidadãos. Respeitamo-los, temos uma relação cordial e uma relação de respeito. Senhor Presidente, as associações que são apoiadas pela Câmara Municipal que não devem contribuir com aquilo que são as suas atividades e que tão bem sabem fazer, com as dinâmicas culturais do concelho e da cidade, se assim não for, então não percebo por que razão a Câmara Municipal terá que apoiar as associações. Existem compromissos, atividades, respeito e, obviamente, a colaboração entre as associações, a Câmara Municipal e os cidadãos.

O Senhor Deputado, André Bernardino, do PS, fala-nos sobre a assinatura da ITI da Beira Baixa que referi, e fala em outro aspeto que convém também realçar. É um aspeto importante, um aspeto que por vezes desvalorizamos e não damos tanta importância e que tem a ver com o nosso tecido empresarial, a sua dinâmica a sua capacidade de criar riqueza e de acrescentar valor acrescentado e emprego e fico triste muitas vezes quando nos comparam com outros concelhos por quem temos estima, admiramos e com quem somos solidários, mas que nos comparam com outros concelhos tentando diminuir Castelo Branco e diminuir aquilo que é a dinâmica económica e empresarial de Castelo Branco. De facto, o estudo que aqui refere desenvolvido pelo IAPMEI, é bem claro e bem elucidativo acerca disto, Castelo Branco aparece



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

ao nível daquilo que são as pequenas e médias empresas líderes, referente ao ano de 2023. Castelo Branco aparece por espanto dos espantos para alguns de vocês, ou para alguém, a nível nacional em 13º lugar. Aparece destacadíssimo, no que diz respeito à dinâmica empresarial ao nível do nosso Distrito. Os números são o que são e estes números dizem tudo sobre aquilo que é a dinâmica empresarial do nosso Concelho.

O Senhor Deputado, Armando Ramalho, fala com entusiasmo sobre a zona histórica de Castelo Branco. Devo-lhe dizer Senhor Deputado, Armando Ramalho, que o Senhor nunca terá mais entusiasmo sobre a zona histórica do que eu tenho e o Senhor nunca será mais comprometido com a zona histórica de Castelo Branco do eu sou. E, é verdade, Senhor Deputado, em devido tempo quando nos apresentamos aos cidadãos Albicastrenses como candidatos à Câmara Municipal, centramos uma parte dessa apresentação na zona histórica porque reconhecemos na altura e porque o reconhecemos hoje que a zona histórica precisa, efetivamente, de um novo impulso, de uma nova atitude e de uma nova dinâmica. E, é nesse sentido, Senhor Deputado, que nos apresentamos aos Albicastrenses e é nesse sentido também que estamos a trabalhar.

Se calhar, o Senhor Deputado está pouco atento, culpa minha e reconheço que é culpa minha, está pouco informado, mas, de facto, estamos a fazer trabalho que em devido tempo será apresentado, será discutido e, digamos, assim, incorporado por aqueles que são os Albicastrenses e por aqueles que são os nossos concidadãos. Mas, há alguns exemplos que lhe quero dar, e que revelam bem o que é o trabalho da Câmara Municipal, relativamente, à zona histórica. Debati-me pela presença, em Castelo Branco, do Tribunal Central Administrativo, foi um trabalho que fizemos com descrição, um trabalho que fizemos junto dos nossos governantes, nomeadamente, o Senhor Secretário de Estado da Justiça que quero aqui, hoje, publicamente, agradecer todo o empenho e toda a proatividade que sempre teve na resolução dessa situação, fi-lo com a Senhora Ministra da Justiça e também com o Senhor Primeiro Ministro e tivemos a decisão que depois votada na Assembleia da República, de ter em Castelo Branco um Tribunal Central Administrativo e só foi possível porque temos na zona histórica um espaço para instalar um Tribunal Central Administrativo. Devo-lhe dizer que não temos nenhum espaço disponível, requalificado, em condições de instalar o Tribunal Central Administrativo, não temos, nem na zona histórica, nem fora da mesma, mas, fizemos o nosso trabalho, apresentámos o espaço, e estamos neste momento a fazer essa intervenção. Ainda não estamos a deitar abaixo as paredes ou o reboco ou a fazer instalações de ar condicionado ou equipamentos, estamos a fazer o projeto. Esta semana mais propriamente na terça ou quarta-feira, tive uma reunião com o gabinete de arquitetos que ganhou este projeto para falarmos sobre o mesmo e ao mesmo tempo para dizer ao Senhor Engenheiro responsável por essa equipa daquilo que é a nossa urgência, se assim, posso dizer, em termos o mais rápido possível este projeto para que se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

possa iniciar, e possa ir a concurso e iniciar as obras. É um projeto ancora na zona histórica, a requalificação desse edifício reconhecido por todos como importante e ao mesmo tempo instalar aí os Juízes, os Procuradores e os Oficiais de Justiça que irão trabalhar nessa organização.

Eu sei que o Senhor gostaria de fazer essa inauguração, hoje. Eu também gostaria que isso acontecesse, mas o Senhor Engenheiro, tal como eu, sabemos que as coisas não se fazem de um dia para o outro, estas coisas têm estudos, negociações, projetos e depois ainda temos que fazer a obra. Portanto, não será hoje, nem amanhã, nem daqui para uns meses, mas é importante que se faça e é importante que estejamos nesse caminho. Também sei que o Senhor sabe que apresentamos uma candidatura ao Turismo do Centro, num projeto que é o “Mais Interior” para a requalificação da Igreja de Santa Maria do Castelo, mais uma vez esse processo foi precedido de negociação e mais uma vez foi precedido de assinatura de um protocolo com a Diocese de Portalegre e Castelo Branco, para a cedência do edificado, neste momento estamos a desenvolver o projeto para a sua requalificação e para a sua afetação às dinâmicas turísticas do Concelho e da cidade de Castelo Branco.

Questiona também, o Senhor Engenheiro, sobre a metodologia para a intervenção e a reabilitação do edificado. Devo-lhe dizer que é uma pena que estas preocupações sejam apenas de hoje, é uma pena que tenhamos começado tão tarde e não estou a falar do ano de 2023, ou 2024, já devíamos ter começado este projeto de reabilitação do edificado da zona histórica há décadas, foi o que fizeram outras cidades, nomeadamente, Sintra, Silves e outras tantas que há muito tempo tomaram como prioritário a requalificação das zonas históricas.

A dimensão da zona histórica está à vista, basta espreitarmos por esta janela para percebermos a dimensão do edificado e para percebermos as necessidades que estão alocadas a essa intervenção, assumimos a requalificação da zona histórica como uma missão, uma missão deste mandato, do mandato seguinte e dos outros que são necessários, a seguir. Já disse várias vezes, Senhor Engenheiro, não é possível requalificar um espaço urbano com a dimensão da zona histórica de um dia para o outro ou em vários meses, ou em dois ou três anos. Será um processo que carece de estudo, de discussão e de intervenção e que assumimos fazer em duas linhas de intervenção muito claras. A primeira, as intervenções pontuais das quais já lhe falei de duas e hei-de falar-lhe de mais algumas. Depois, uma intervenção mais programada e mais consistente e é nesse sentido que vem a sua pergunta e a resposta que lhe estou a dar, estamos a trabalhar nisto já há algum tempo, aliás já há anos, praticamente desde o princípio deste mandato. A proposta que nos foi apresentada por uma pessoa que contratamos através de uma prestação de serviços, neste caso, uma empresa e considerando aquilo que lhe estava a dizer, é que não é possível fazer tudo ao mesmo tempo, daí que a proposta que nos foi apresentada e que será discutida, brevemente, é que se faça por canteiros, não fazer tudo ao mesmo tempo porque isso é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

impossível, mas fazer de forma sequencial. Estamos a falar do edificado habitacional, se assim, posso dizer. Em relação ao edificado habitacional será feito dessa maneira, mas como lhe disse brevemente faremos a apresentação da intervenção e da forma como será feita essa mesma intervenção, sem prejuízo, como também, já disse, intervenções mais direcionadas e dar resposta a problemas e a necessidades mais objetivas, como é caso, do Tribunal Administrativo, da reabilitação da Igreja de Santa Maria do Castelo e também da Escola Conde Ferreira, um projeto que considero extremamente importante e penso que o Senhor também terá um certo entusiasmo que é a Escola de Chefs, o Centro de Estudos Gastronómicos. E aqui mais uma vez estamos a falar de estratégia, planeamento.

Castelo Branco é um território virgem, é um território que tem imensas potencialidades turísticas, tem imensas capacidades para atrair visitantes e tem imensas capacidades para criar riqueza e criar desenvolvimento. Temos lacunas que saltam à vista que são todas conhecidas e para as quais ainda não houve coragem de encontrar resposta, tais como, a falta de oferta hoteleira, faltam camas de hotel, falta-nos capacidade para fixar turistas. Está, neste momento, em organização, a etapa da Volta à Espanha de Bicicleta que tem a presença em Portugal e Castelo Branco e há poucos dias uma das pessoas responsáveis da organização, ligou-me a dizer “Senhor Presidente por favor ajude-me, sinalize-me unidades hoteleiras onde as pessoas possam ficar porque já tenho pessoas a ficar em Cáceres, no que diz respeito à etapa de Castelo Branco.

Portanto, Castelo Branco, há muito tempo que perdeu este comboio, de criar e aumentar a sua capacidade hoteleira. Há muito tempo, que Castelo Branco deveria ter olhado para isto de uma forma diferente e ter criado estas condições. Castelo Branco tinha obrigação de investir mais naquilo que diz respeito à formação de técnicos qualificados na área da hotelaria e restauração. Não é só uma necessidade de Castelo Branco, ou do nosso Distrito, é uma necessidade nacional, de não termos a quantidade necessária de chefs de cozinha, empregados de mesa e bar e outros profissionais qualificados que deem resposta àquilo que são as necessidades, mas mais que isso, que sejam diferenciados, que acrescentem valor para que pessoas de outras partes do país, do mundo, possam visitar Castelo Branco porque aqui temos uma gastronomia de excelência que atrai pessoas, visitantes e riqueza.

Este Centro de Estudo Gastronómicos, Escola de Chefs tem estas duas funções. Em primeiro lugar, criar condições para a formação e qualificação de profissionais em duas áreas de intervenção, a formação de base e já disse isto várias vezes e só o apresentarei em devido tempo e tem como objetivo a qualificação e a formação base de profissionais nestas áreas e tem outro objetivo que é de requalificação desses mesmos profissionais, mas também muito importante para nós, é a inclusão dos produtos locais naquilo que é oferta gastronómica desta e de outras regiões. Daí que a Escola de Chefs não se chame apenas Escola de Chefs, tem também a designação Escola de Chefs – Centro de Estudos Gastronómicos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Eu sei do seu entusiasmo, também percebo a curiosidade, relativamente, a este assunto, como lhe disse, há um momento para planear, conversar e para agir e ninguém me pode acusar de não conversar e de dialogar. Em devido tempo, convoquei a população de Alcains para discutir a intervenção no Centro Cívico, é a sua terra e terá conhecimento disso. O auditório do Museu do Canteiro cheio de pessoas que não conheciam o projeto, estava a criar alguma incerteza e em devido tempo discutimos com a população.

Em devido tempo também, em Alcains, na sua terra, apresentamos a proposta para o Centro de Saúde de Alcains. Há poucos dias aqui neste mesmo Salão Nobre, reunimos com todos os cidadãos que têm loja no Mercado Municipal para conversar e ouvir os seus contributos.

Também não há muito tempo, reunimos na Biblioteca Municipal com os empresários e também com a população da Rua de Santiago, antes de iniciarmos uma intervenção que é longa e difícil, para os ouvir, para conversar e encontrar respostas para situações mais difíceis que as obras poderiam trazer.

Portanto, esteja descansado, Senhor Engenheiro quanto à Escola de Chefs – Centro de Estudos Gastronómicos, farei questão de lhe telefonar quando fizermos esta apresentação para que esteja presente e possa perceber a importância desta intervenção e possa também apresentar os seus contributos.

Senhor Deputado, Daniel Almeida do PS, apresenta aqui um conjunto de obras que mostram de forma clara, objetiva e com números aquilo que são as intervenções que lhes são afetas. A lista de intervenções que mencionou e são algumas, são bem demonstrativas do trabalho que estamos a fazer e da intervenção no território que estamos a efetuar.

O mesmo diria ao Senhor Deputado, Francisco Pombo Lopes, quando nos fala das pessoas e das pessoas no centro da nossa ação, efetivamente, estamos a trabalhar para as pessoas, estamos a trabalhar para dar resposta às pessoas e estamos a trabalhar de acordo com uma estratégia definida e que estamos a implementar. E já agora, Senhor Engenheiro, quero-lhe dizer que a Escola de Chefs estava no nosso programa desde a primeira hora que apresentamos e demos a conhecer aos Albicastrenses.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco, José Pires, falou-nos sobre o 25 de Abril, sobre os valores de Abril e sobre as conquistas que Abril nos permitiu e aquilo que Abril nos permite ser hoje, enquanto país, enquanto comunidade e enquanto Estado desenvolvido. E ainda bem que os nossos Capitães tiveram a ousadia de sair dos quartéis e de caminhar sob Lisboa, intervir com a população e de fazer a mais bonita revolução das nossas vidas que mais transformou essas mesmas vidas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Temos que valorizar Abril e temos que valorizar aquilo que Abril nos permitiu, mesmo com aqueles que não valorizando a Liberdade e a Democracia, usam a Liberdade e a Democracia para afirmarem ideias contrárias àquelas que são os seus princípios.

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto 1 - Apreciar uma informação do Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira do Município.

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 29/04/2024

Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal (alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 35.º do RAMCB)

a) e b) Atividades desenvolvidas pelas associações, fundações e outras entidades de cariz não empresarial, bem como nas empresas municipais ou outras entidades em que o Município detenha alguma participação no capital social ou equiparado, e os resultados disponíveis de natureza económica financeira: têm-se pautado pela normalidade, nada havendo a registar. Os relatórios de atividades e contas têm vindo a ser oportunamente remetidos, nos termos da lei, aos órgãos municipais.

c) Situação financeira em 19/04/2024:

i) Saldo de Operações Orçamentais – 39 369 332,08€

ii) Saldo de Operações Não Orçamentais – 106 031,58€

iii) Valor em dívida em 19/04/2024 – 558 434,45€

iv) Outros:

- CMCB – Ver anexo I.

- SMCB – Ver anexo II.

d) Reclamações: Nada a assinalar.

e) Recursos hierárquicos – Nada a assinalar.

f) Processos judiciais em curso/ fase processual atual – Ver anexo III.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Presidente da Câmara Municipal –

Relativamente, à atividade municipal, da Câmara Municipal, enviamos uma informação, em devido tempo, desde a última Assembleia Municipal até à presente, foi elaborada pela Dr^a. Deolinda, a quem agradeço o trabalho, a dedicação, a proficiência que colocou a sua elaboração, salvaguardado aqui um aspeto que muitas vezes condiciona este trabalho e que tem a ver com algumas limitações ao nível da resposta dos diferentes interlocutores, no que diz respeito, ao fornecimento dos dados, o que faz com que a informação seja enviada mais em cima da Sessão da Assembleia. Para além daquilo que é a informação que já foi enviada e que estarei disponível para responder às questões que queiram colocar, tenho apenas duas ou três informações complementares e com aspetos que já falei hoje.

Iniciamos há pouco tempo, acerca de três semanas uma intervenção que será uma intervenção demorada e difícil na rua de S. Tiago, é uma requalificação que visa, obviamente, na melhoria dos pavimentos e para além disso, visa também a implementação da rede separativa de saneamento e também de águas pluviais, assim como, a melhoria das condições da iluminação e também a melhoria das comunicações. É uma obra que está a ser desenvolvida pelos Serviços Municipalizados de Castelo Branco e que é fundamental neste aspeto.

Hoje terá início, a requalificação da Rua Dadrá, que vai desde a Avenida 1^o. de Maio até à Rua Conselheiro de Albuquerque, intervenção com muito impacto ao nível da circulação de pessoas e veículos aqui na cidade de Castelo Branco e que terá também algum impacto no que diz respeito à atividade das pessoas que vendem e usam o mercado municipal. Por essa mesma razão, reunimos com os comerciantes que trabalham no mercado municipal, conjuntamente com os Serviços Municipalizados e também com a empresa que vai desenvolver a obra. Procuramos encontrar aqui uma metodologia de trabalho e um compromisso por parte do empreiteiro que permita salvaguardar os interesses de todos aqueles que circulam e também daqueles que fazem atividade comercial.

São duas informações que queria aqui deixar e depois estarei disponível, obviamente, para as questões que queiram colocar.

Ana Cristina Marques Lourenço (S-MI)

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, permita-me cumprimentá-lo, e na sua pessoa estender os cumprimentos a todos os presentes nesta Assembleia e quem nos acompanha lá em casa. Analisando o relatório da atividade municipal do município não podemos deixar de constatar algumas situações que manifestamente merecem uma apreciação e análise mais profunda, e obter resposta a algumas questões.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Gostaríamos de ver neste relatório mais ações para a cidade, mais ações de limpeza, mais ações de manutenção (como o arranjo do piso sintético do campo de jogos da zona de lazer onde, há meses, que os nossos jovens se magoam nas suas atividades físicas diárias), mais ações de embelezamento, mais ações de cuidado das áreas comuns (como o corte das ervas gigantescas em praticamente toda a zona industrial). Falamos aqui do corte das ervas das vias, mas não da zona industrial que é uma porta de entrada para a cidade e merece ser priorizada.

O descuido com a nossa cidade salta aos olhos de quem passa, e fere os olhos de quem cá vive.

Ainda sobre esta questão, e com tanta conversa sobre sustentabilidade, gostaríamos de saber como está o Plano de Ação Climática, pois não nos parece que a construção de floreiras de cimento e tijolo (também já faladas aqui, quer por si, quer por alguns deputados), a degradação de vias de mobilidade sustentável existentes (como as ciclovias) e a plantação de algumas árvores em apenas algumas zonas da cidade possam fazer parte de um plano global e concertado de adoção de medidas estratégicas de sustentabilidade e descarbonização.

A sustentabilidade e a descarbonização não se fazem com ações pontuais e através de pequenos projetos.

Também gostaríamos de ver neste relatório, a construção das ciclovias em falta, e a instalação dos aprovados, planeados, prometidos e, pelos vistos, para sempre em fase de projeto, Multibancos.

Senhor Presidente, vemos neste relatório fotografias de iniciativas e de eventos, de percentagem de participação em reuniões quer do executivo quer dos departamentos, e atividades rotineiras e de expediente da Câmara Municipal, que também fazem parte e que espelham o trabalho dos colaboradores, mas nada em concreto sobre medidas em concreto.

Também sobre esta matéria, e após uma apreciação à Revista Municipal, gostaríamos de perguntar, e propor, que a mesma fosse construída com conteúdos sobre a cidade, sobre os munícipes, sobre feitos e efemérides da cidade de Castelo Branco, com artigos e notícias, não de pretensões e de objetivos que por vezes não passam do papel, mas de pessoas e de instituições que todos os dias contribuem para o dinamismo e desenvolvimento da cidade, e não apenas como atividades da Câmara Municipal, presando assim uma homenagem e um contributo a quem dinamiza a cidade.

E antes que possa dizer que esta análise é um ataque ou uma crítica ao trabalho dos colaboradores da Câmara Municipal, não é.

Trata-se apenas de questionar a quem define as prioridades de ação do município, sobre questões que requerem uma atenção e ação urgentes, e obter resposta a algumas questões, em democracia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Gostaríamos de ver um relatório político e não meramente técnico. Gostaríamos de ver um relatório em linha com as promessas políticas feitas há mais de 2 anos! Onde está a concretização dos projetos, e dos “novos impulsos”?

Se não era possível concretizar neste mandato, como disse hoje aqui nesta Assembleia, peço desculpa Sr. Presidente, mas não tinha prometido, e não estaríamos agora aqui a perguntar como está!

Estas e outras atividades é que deveriam constar num relatório da atividade municipal para ser analisada numa Assembleia Municipal.

Obrigada.

António Manuel Falcão (Presidente da União de Freguesia de Escalos de Baixo e Mata)

Quando se diz que nada está feito, ou nada se fez, penso que não é assim. Há muita coisa que se fez e muita coisa se está para fazer, muitas coisas ainda não estão visíveis, mas tudo isso tem um trabalho que vem por trás e não se vê, não é certa e vai aparecendo brevemente.

Quero aproveitar para falar um pouco sobre a minha freguesia porque há muito trabalho que já se fez, muito trabalho se está por fazer e há muito trabalho que é feito que ainda não é visível, só vai aparecer daqui por uns tempos.

Do que já se fez, penso que será muito, foram adquiridos três terrenos, um na Mata e dois nos Escalos de Baixo, no qual vamos fazer uma avenida, uma urbanização e quer na Mata, como nos Escalos, não será feito de hoje para amanhã, mas os terrenos já foram adquiridos.

Quero dizer que na Mata foi colocado um Multibanco, portanto, é visível.

Também quero dizer que foi feito um prolongamento da rede de água entre o cemitério e a estrada da Idanha.

Quero dizer, que a Escola da Mata foi requalificada e está a trabalhar em pleno, com todas as condições e mais algumas, o que me deixa mais orgulhoso.

Nos Escalos de Baixo também foram adquiridos terrenos e vamos fazer uma avenida para ligar dois bairros. Adquirimos duas casas paroquiais, as quais, já são da freguesia para fazermos uma casa mortuária naquele local.

Nos Escalos de Baixo, temos em construção, já em grande velocidade, uma grande obra que é a escola primária. Penso que vamos concretizá-la antes do mandato acabar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Fizemos duas ruas em calçada nos Escalos de Baixo e outra na Mata. Portanto, não podem dizer que nada se fez porque há muita coisa que está feita e está a ser feito.

Senhor Presidente da Câmara Municipal, tive conhecimento da apresentação do Guia do Investidor no passado dia 9 de abril, um documento que pretende dar resposta aos empresários locais, mas também a divulgação de fatores competitivos de Castelo Branco e de várias políticas proativas enquanto ecossistema de oportunidades atraentes para novos investidores, nacionais e internacionais.

Tendo por base as melhores anotações no rating e indicadores económicos e financeiros na mais recente lista dos PME's, líderes de 2023, o Município de Castelo Branco está em 13º. lugar, a nível nacional, com 41 empresas distinguidas de entre as quais Mecalbi, Dinefer, entre outras, fator denotativo do impacto das condições que dispõem os empreendedores que investem neste território.

Pelo que analisei neste guia, o mesmo apresenta anotações sobre os setores estratégicos, incentivos fiscais resultantes de condições de competitividade de Castelo Branco, que oferece, nomeadamente no que concerne à qualidade de mão de obra e de recursos humanos.

Também quero referir que o objetivo é sobretudo promover o investimento no concelho, prestar um reconhecimento aos empresários locais pelo trabalho feito e capacidade de criar empregos e riqueza, mas também divulgar para fora de Castelo Branco, dar a conhecer aos investidores as condições do concelho e disponibilidades dos terrenos.

Durante a apresentação, o Senhor Presidente anunciou o futuro alargamento da zona industrial com a implementação de uma nova Área de Localização Empresarial da Feiteira, situada a 1,5 km na zona nordeste da cidade, perto do Aeródromo, a qual dou os meus parabéns porque de facto a procura por terrenos na Zona Industrial é muita, e se queremos apostar na instalação de novas empresas, este passo é fundamental.

No entanto, gostaria de perguntar ao Senhor Presidente qual o ponto de situação deste projeto de alargamento e o porquê da localização nesta zona do Concelho?

Obrigada.

Carla Sofia Massano (PS)

Queria colocar três questões muito concretas ao Senhor Presidente da Câmara que implicam, diretamente, com a prática desportiva do nosso Concelho.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Desde logo, a ausência de bancadas na pista de atletismo que é um assunto que se arrasta há muito tempo, aliás é a terceira vez que nesta Assembleia Municipal que coloco esta questão, a três Presidentes de Câmara, pode ser que à terceira seja de vez. Portanto, o que queria saber, é se está prevista a sua construção e se sim, em que horizonte temporal.

A segunda questão, relacionada com a prática desportiva, o futebol, foi assinado o protocolo com a Federação de Futebol para a constituição da Academia de Futebol, tanto quanto me lembro estava prevista para 2024, também queria saber qual o ponto da situação e se está em condições de nos poder esclarecer.

Registo aqui a preocupações com os investimentos, mas a mim também me preocupa a manutenção das excelentes infraestruturas que temos no Concelho de Castelo Branco e que carecem de manutenção já há bastante tempo e, nesta questão, queria saber sobre os campos de lazer, se o relvado está previsto a sua substituição, estão muito degradados o que prejudica a prática do futebol. E, também, neste âmbito, queria saber ainda se está previsto a construção de balneários na zona de lazer porque aqueles que existem são manifestamente insuficientes para a prática desportiva de centenas de jovens todas as semanas.

Ernesto Candeias Martins (MPT)

Subentende-se que uma síntese da atividade, é a atividade da qual a Câmara durante este período deve ter em conta, em primeiro lugar, todas as nossas intervenções que fazemos aqui, até no período da ordem do dia e não só, aqueles que os próprios cidadãos têm o direito uma vez que na ausência, não haver provedor do cidadão possam remeter para a Câmara. Isto quer dizer, que há neste relatório que é relacionado com uma parte técnica que procedimentalmente vai executando a Câmara em função das necessidades e problemas que são prioritários neste período.

Em segundo lugar, é também a elaboração da projeção daquilo que são medidas já tomadas pelo próprio Executivo e que possam ser implementadas e depois à execução de projetos.

Olhando para a síntese e aí a minha pergunta, Senhor Presidente, apresenta-nos aqui quatro projetos de edifícios de habitação coletiva e é sobre esta questão que quero dizer que está, patente na Estratégica local de habitação, que nos apresentou em termos daquilo que é o Primeiro Direito, se já com estes quatro projetos vão surgir outros para breve para dar execução àquilo que, efetivamente, nos apresentou e que faz parte até 2026 deste plano, depois das empreitadas.

Vi aqui com muito agrado e essa também é uma parte deste período da Câmara que são as consultorias e as assessorias para a execução operacional das reabilitações. Elas com certeza dão uma visão à Câmara



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

na sua decisão e por isso, queremos sempre que se faça mais e melhor, mas para se fazer mais e melhor, por vezes tropeça-se e então é melhor acautelar. Portanto, é melhor através deste processo de elaboração, ter um conhecimento mais aprofundado e o Senhor Presidente ainda há pouco falou acerca do castelo que tem umas características topográficas muito específicas, mas não nos precipitemos. Senhores Deputados, cidadãos, aquilo tem que ser visto em três aspetos técnicos e arquitetónicos, na minha perspetiva, isso leva algum tempo e temos que ter também essas consultadorias que penso ser determinante. De qualquer forma, tenho que dizer aqui que realmente já se deu aqui um avanço e, por isso, pergunto, se nas próximas sínteses de atividades vamos ver mais projetos, mais arranque de determinadas obras que já estão aqui anunciadas pelo Senhor Presidente da Câmara. De qualquer forma, os relatórios têm essa forma operacional, se gostamos, ou não gostamos, sejam rápidos nas execuções das necessidades ou prioridades, é para isso que cá estamos, para elucidar a Câmara para que se faça num tempo muito curto tudo aquilo que as populações necessitam.

Presidente da Câmara

Vou responder a algumas questões que me foram colocadas.

Senhora Deputada, Carla Massano, efetivamente, os três campos sintéticos necessitam de uma forte intervenção. Não sei se alguma vez foram substituídos os relvados, penso que não, mas se foram já foi ultrapassado o prazo das condições para a prática desportiva. Já temos lançado um procedimento que prevê a renovação da relva sintética dos três campos, é um procedimento que tem como preço base de seiscentos e noventa e cinco mil quinhentos e catorze euros e quarenta cêntimos que acresce o IVA, portanto, terá um preço base para concurso de setecentos e trinta e sete mil duzentos e quarenta e cinco euros e vinte e seis cêntimos. Pretendemos levar por diante o concurso até ao verão de modo que possam ser intervencionados durante o período de tempo que não há prática da atividade desportiva, nos mesmos, sendo que o que está previsto é fazer primeiro a intervenção nos dois campos de futebol de onze, durante o mês de agosto, realizar-se-á no campo central o Festival Mais Solidário e após a realização do festival far-se-á a substituição do relvado do campo central. Como disse, é um procedimento que está na contratação, seguirá os trâmites legais de contratação pública.

Fala sobre a limpeza e higiene na cidade, sobre as ervas, já falei sobre isso, já lhe disse como estamos a agir e já que fala sobre limpeza e higiene, quero dizer que nunca antes deste Executivo se procedeu à lavagem das ruas, mas fazemo-lo e utilizando a água que os poços e nascentes da cidade nos permitem.

Quanto à revista municipal, já leu alguma revista municipal? É que se o faz demonstra que o faz com pouca atenção. Lembra-se de ver na revista municipal refletido a Empresa Dielmar? Lembra-se de ver na revista municipal a Empresa Dinefer? Então isto não é comunidade? Então isto não é tecido empresarial?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Então isto não é a vida e a intervenção do nosso Concelho e dos nossos empresários? Mas, fica incomodada pelo facto de virem na revista municipal, as obras desenvolvidas pelo Município de Castelo Branco? Então se vem dizer que o Município faz pouca coisa, fica incomodada de lá virem as obras? Ou devemos esconder dos cidadãos aquilo que estamos a fazer, Senhora Deputada? A Senhora fica incomodada pelo facto, de a Câmara Municipal ter uma revista municipal que dá conhecimento aos cidadãos daquilo que é a atividade do Município?

Desculpe que lhe diga, isto não é ataque, mas sim, constatação de factos.

Estive durante muitos anos sentado nesta Assembleia, não onde a Senhora está, mas aqui nesta fila e durante muitos anos e muitas Assembleias, tive que responder aos meus adversários políticos do PS, nomeadamente, ao Dr. Álvaro Batista que sistematicamente colocava questões nesse sentido, sobre a informação do Presidente e tinha que encontrar justificação para aquilo que era a informação do Presidente. É que Senhora Deputada, com toda a honestidade e humildade, aquilo que estamos a fazer nunca foi feito. A informação que estamos a prestar aos membros desta Assembleia nunca foi prestada. Podia ser melhor, talvez. Podia ser mais completa, mas estamos a dar aos nossos Deputados Municipais a informação daquilo que vai acontecendo no Município ao longo do período de tempo que medeia entre as Assembleias. E repito, tinha como incumbência encontrar resposta para o Dr. Álvaro Batista e para outros perante a ausência de informação e pasme-se perante a assunção da Informação do Presidente daquilo que era a ação política do Município. Portanto, Senhora Deputada, quando lhe dizem para fazer perguntas, veja que perguntas é que lhe mandam fazer porque estamos efetivamente a falar de política e de informação prestada aos cidadãos. Senhora Deputada, está nas atas e podem ser consultadas.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia, António Falcão, fala-nos sobre algumas das realizações na freguesia e sobre a nova Área de Localização Empresarial. Já estamos a trabalhar na nova Área de Localização Empresarial. Estamos a trabalhar neste mesmo espaço desde a presença e a vinda para Castelo Branco da Empresa Dassault, quando criamos as condições para que a empresa trabalhasse em Castelo Branco e quando vendemos dois lotes de terreno a uma empresa para que aí possa desenvolver a atividade empresarial, esse será um caminho que teremos que seguir, no sentido, de criar os instrumentos legais e do ordenamento do território que o permitam fazer. Estamos neste momento em discussão do PGU, iremos fazer uma segunda conferencia relativamente ao PDM e a partir desses instrumentos procuraremos encontrar uma resposta para os nossos empresários e para dar maior dimensão à intervenção empresarial em Castelo Branco.

Relativamente, ainda à questão da Senhora Deputada, Ana Lourenço, no que respeita ao Plano Municipal das Adaptações Climáticas, está a ser elaborado, fizemos a contratação da Empresa Cedru que tem a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

responsabilidade de levar por diante a elaboração deste plano, também já fizemos um workshop que decorreu entre os dias 11 e 12 de março.

Relativamente, à intervenção da Senhora Deputada, Carla Massano, a ausência de bancadas na pista de atletismo que se arrasta há muito tempo, é verdade, a pista de atletismo foi construída há bastante tempo e neste momento estamos a trabalhar num projeto global de intervenção junto à pista de atletismo. Já está em desenvolvimento o projeto para as bancadas da pista de atletismo, assinamos o protocolo com a Federação Portuguesa de Futebol que aqui menciona, incorporaremos nas bancadas, os equipamentos necessários para que a Federação Portuguesa de Futebol e, neste caso, concreto, a Associação de Futebol de Castelo Branco, tenham aí as instalações que lhes permitam desenvolver as iniciativas relacionadas com a Academia.

Estamos em condições, esta semana ou na próxima, de lançar o concurso para o arrelvamento do espaço interior da pista de atletismo que será uma primeira resposta àquilo que será um protocolo celebrado com a Associação de Futebol. Ainda assim, o protocolo que se celebrou com a Federação Portuguesa de Futebol, é mais ambicioso do que apenas o arrelvamento do campo, portanto, iremos criar condições para que ali façam formação e para que se desenvolva a prática desportiva.

No que diz respeito aos balneários, também concordamos com a sua necessidade, sabemos disso, são insuficientes para o número de atletas que frequentam aquele espaço desportivo e de lazer e procuraremos também dar resposta com a construção de mais balneários de modo que essa resposta seja mais concreta. Ainda assim, nas bancadas, ou por baixo das bancadas está prevista a construção de balneários a fim de serem utilizados pelos atletas.

O Senhor Deputado, Ernesto Candeias Martins, fala-nos sobre habitação e sobre os projetos de habitação e queria aproveitar a sua pergunta para também aqui colocar alguns esclarecimentos. Aprovamos, recentemente, uma Estratégia Local de Habitação e esta prevê a intervenção em três âmbitos. Prevê a construção de habitação social. Prevê cento e setenta fogos de habitação de arrendamento acessível e prevê também a requalificação. Através da Comunidade Intermunicipal foi assinado um protocolo com o IHRU no sentido de se proceder ao financiamento do arrendamento a habitação acessível. Já temos concluído um projeto para construção de um primeiro edifício, é um edifício que se situa à saída do viaduto que dá acesso à Carpalha, está neste momento em apreciação por parte da Autoridade Nacional de Proteção Civil e assim que tivermos um parecer positivo, lançaremos a obra para a construção desse edifício. Os outros que estão previstos ao nível da construção de habitação para renda acessível concluímos, recentemente, o concurso para a elaboração de projetos. Ganhou uma empresa, se não estou errado, de Coimbra ou do Porto e tivemos, se não estou em erro, dezassete empresas concorrentes para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

diferentes concursos que abrimos, foi um processo longo até pelo facto de terem concorrido muitas empresas. Esse processo está concluído, o contrato já foi assinado com o Gabinete de Projetos que ganhou e iremos ainda esta semana, em princípio, amanhã reunir com a equipa responsável pelos mesmos projetos para definir a forma como se fará depois essa articulação e para se pedir celeridade na elaboração desses mesmos projetos.

No que diz respeito às consultorias para projetos de reabilitação e à reabilitação da zona histórica, os Serviços Municipais não têm condições para dar resposta a tudo, é verdade que temos um corpo técnico competente, dedicado, mas ainda assim, não tem capacidade para dar resposta a todas as solicitações do Município e é por essa razão que temos que contratar fora para elaboração de projetos, emissão de pareceres, ou de estudos para intervenção no Concelho.

António Augusto Fernandes (S-MI)

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, o Sempre Movimento Independente, independente da sua natureza e os elementos que a constituem também são independentes naquilo que são as suas afirmações, nesta Assembleia. E, portanto, independentemente da crítica que pode ser feita acerca daquilo que é a reflexão, neste caso, que a Deputada Ana Lourenço fez, o Senhor Presidente não pode dizer que a nossa Deputada traz aqui recados de alguém porque isso no nosso Movimento não acontece, no nosso Movimento todos os elementos têm independência total para fazerem as suas reflexões e para partilharem essas reflexões aqui nesta Assembleia Municipal.

Senhor Presidente, já agora, vou aproveitar o momento, conta a história e com todas as críticas que têm sido feitas ao Executivo, anterior, nos tempos livres fui ler algumas atas e não encontrei um exemplo de que um elemento da bancada do PS, onde o Senhor Presidente, se incluía, ter apresentado alguma sugestão ao Executivo da época. Portanto, nós, Sempre Movimento Independente aqui e o Senhor Presidente tem estes exemplos de sugestões que deu ao Executivo anterior ou críticas que fez, faça-me um favor, diga-me em que reuniões isso aconteceu para ter oportunidade de ler essas atas porque não encontrei.

Repito, quanto ao Sempre Movimento Independente, ninguém aqui traz recados de ninguém, evidentemente que há uma coordenação, não poderia ser de outra forma, mas a intervenção que cada um aqui faz, seja escrita e lida, ou seja, de improviso como é aquela que estou aqui a fazer, é da responsabilidade individual de cada um.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Presidente da Câmara Municipal

Senhor Deputado, António Fernandes, já cá andamos todos há muito tempo e o Senhor próprio diz que as intervenções são coordenadas e trabalhadas ao nível dos grupos que aqui estão representados, mal seria se assim não fosse. O Senhor sabe e eu também sei aquilo que falei.

Quanto à minha presença, na Assembleia Municipal, há muita coisa que lhe tenho que dizer, sou socialista há muitos anos, o meu pai era um simpatizante socialista, como conheci poucos ao longo da minha vida, nunca teve nenhuma intervenção política, um homem simples, mas que vibrava com os dirigentes do PS que se empoleirou numa árvore aqui próxima no dia em que António Guterres encheu esta praça de militantes e simpatizantes do PS porque ele percebia que o PS era um projeto de desenvolvimento, um projeto para as pessoas e um projeto que tinha como objetivo o desenvolvimento do país. Segui os projetos do meu pai de forma diferente, fazendo a intervenção, militante do partido político e defendendo-o ao longo deste tempo que levo como militante e que levo como eleito, é isso que tenho feito, defender o PS.

O Senhor não queria que viesse para uma Assembleia Municipal, dizer coisas ao PS que exercia o poder e fazer sugestões. Agora há uma coisa Senhor Deputado, António Fernandes, o Senhor sabe que nós sabemos, é que aquilo que está previsto no regulamento desta Assembleia Municipal, mas também aquilo que está previsto na lei, é que a informação do Presidente seja muito mais do que a situação financeira do executivo e a descrição dos processos em tribunal que foi aquilo que aqui sempre foi trazido ou das obras em curso. Esta informação que vamos prestando é muito mais que isso. Quanto ao resto, o Senhor sabe que eu sei aquilo que ambos sabemos.

Ponto 2 - Discussão e votação da proposta de “Desafetação do domínio público municipal para o domínio privado do Município, dos lotes de terreno 69 e 70 da Quinta Dr. Mota/Quinta das Violetas, Castelo Branco”. (Proposta nº. 10/2024)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a desafetação do domínio público municipal para o domínio privado do Município, dos lotes de terreno 69 e 70 da Quinta Dr. Mota/Quinta das Violetas, Castelo Branco.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 2.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Ponto 3 - Discussão e votação da proposta de "Cargo de Direção Intermédia de 2º. Grau - Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco. Proposta de designação de Júri". (Proposta n.º 11/2024)

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 19 votos a favor, 18 do GM PS e 1 do GM MPT e 20 abstenções, 14 do GM S-MI, 4 do GM PSD/CDS/ PPM e 2 do GM CHEGA, aprovar a proposta de designação de júri, para o concurso do cargo de Direção Intermédia de 2º. Grau - Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 3.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 4 - Apreciação das propostas de "Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Respetiva Avaliação, em 31 de dezembro de 2023":

4.1. Câmara Municipal de Castelo Branco. (Proposta n.º 12/2024)

Ernesto Candeias Martins (MPT)

Temos alertado ao longo destes anos, através do Movimento e do MPT, da necessidade de um Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Respetiva Avaliação. No cumprimento da Lei n.º. 75/2003, de 12 de setembro e do Regime Jurídico das Autarquias Locais, que incumbe à Câmara Municipal de acordo com o disposto na alínea d) do n.º. 1 do artigo 35, dessa lei, elaborar e ter atualizado um cadastro dos bens imóveis e móveis do Município. Ou seja, se remetermos para o n.º. 1 do artigo 33º do mesmo Diploma, deve a Câmara Municipal elaborar e aprovar esse inventário.

O que temos vindo, ao longo destas Assembleias, é por parte da Câmara, uma atualização real daquilo que é o inventário que é para aqui ser apreciado na Assembleia Municipal. Mas, até que enfim, Senhor Presidente, o inventário atualizado é sem dúvida uma ferramenta ideal para que se possa implementar estratégias adequadas. É verdade que entre o imobilizado e as existências, a valorização, dívidas a terceiros e disponibilidades e valor patrimonial líquido, na minha opinião devia haver um mapa de sínteses, isso seria no futuro um mapa que traduzisse como em muitas outras Câmaras do país.

Senhor Presidente, também lhe solicito uma resposta sobre a atualização do Regulamento de Inventário e Cadastro do Património Municipal. Que eu saiba, corrija-me, essa primeira revisão foi em 2016, já não se mostra adequado, às novas exigências legislativas para cumprimento do disposto nas normas mencionadas e perante as exigências da informação contabilística necessária para que os Municípios



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

desempenham da melhor forma a sua tarefa de satisfação das necessidades coletivas e para fazer face ao desenvolvimento das novas técnicas de gestão, dando assim, importância a essa elaboração de um novo Regulamento que solicito, uma vez que é na base desse Regulamento que se está a contribuir para um sistema orçamental e financeiro mais eficiente, naquilo que são os objetivos do Sistema de Normalização Contabilística das Administrações Públicas, o SNCAP, segundo o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11/9. Por isso, Senhor Presidente, estive a analisar, como disse, podia ser mais discriminado, mas fico aqui com algumas ideias de que através dessa imobiliária..., por exemplo, agora estou a recordar-me, há um terreno da APPCDM que está atrás da estação dos caminhos de ferro, podia ser de benefício público entrar dentro desse inventário. Alguma negociação nesse aspeto? Penso que se há estratégias para residências, habitações coletivas, habitação de arrendamento acessível, poderia ser um dos aspetos.

Depois esse inventário e é verdade, a parte do passivo, se efetivamente é real. Quer dizer, sei que há aqui uma dificuldade e na primeira pergunta em que o antigo Senhor Administrador me respondeu, uma dificuldade nessa atualização porque parece-me que não estão bem, efetivamente localizados, pergunto-lhe se essa situação já foi superada e se o inventário atual corresponde na realidade àquilo que é o património líquido do Município nesse aspeto. Portanto, congratulo-me, por um lado, que venha aqui o inventário, a falta do mapa síntese traria maior visibilidade, mas também lhe pergunto se a revisão do regulamento, se essa vai ser feita ou não.

João Marques (Chefe da Divisão Financeira e Património)

Efetivamente, o registo do património está a ser efetuado nas devidas condições e conforme previsto legalmente, tanto que os nossos Revisores têm aprovado todas as Prestações de Contas. A manutenção e a confirmação do património é um processo que temos estado a tentar desenvolver, estamos neste momento a aguardar a conclusão de um concurso de procedimento contratual de recursos humanos para podermos reforçar as equipas e, efetivamente, ter uma atualização cada vez mais real e mais atualizada do nosso património.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 33 votos a favor, 18 do GM PS, 14 do GM S-MI e 1 do GM MPT e 6 abstenções, 4 do GM PSD/CDS/PPM e 2 do GM CHEGA, aprovar o Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Respetiva Avaliação, em 31 de dezembro de 2023, da Câmara Municipal de Castelo Branco.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 4.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.



4.2. Serviços Municipalizados de Castelo Branco. (Proposta n.º 13/2024)

Ernesto Candeias Martins (MPT)

Não deixaria de aqui pelas mesmas questões uma vez que fui elucidado, que se relacionam com o inventário dos Serviços Municipalizados, a questão que insisto, é se a atualização do Regulamento e gostaria como de cidadão, se efetivamente, estão atentos em relação ao Património Municipal.

Tenho que reconhecer e isto sirva de síntese e não estou aqui como sabem, até sou apelidado de ambíguo, há que reconhecer, já que pertence à história, de vez enquanto, regularmente vou aos anais aqui da Assembleia e tenho às vezes, o desgosto, como às vezes, nas minhas funções de historiador não encontramos documentos ou são tão simples que não sabemos o que se passou. Por isso, ficam aqui as narrativas como sabemos podem sempre especular tudo isso, mas de qualquer forma, congratulo-me com o esforço da Câmara em trazer aqui o inventário e reconhecer a humildade de tentar uma atualização, isso é mérito e, por outro lado, alertar porque cabe-me a mim, como cidadão também, o próprio regulamento que é também uma forma de operacionalização também estar nessas condições de atualização.

Sónia Mexia (Administradora dos SMAS)

Respondendo à sua questão, recentemente assinamos um contrato com uma empresa que nos vai apoiar nesta atualização do inventário e todo o património, bem como, a elaboração do respetivo regulamento. Muito brevemente vamos dar início aos trabalhos.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 33 votos a favor, 18 do GM PS, 14 do GM S-MI e 1 do GM MPT e com 6 abstenções, 4 do GM PSD/CDS/PPM e 2 do GM CHEGA, aprovar Documentos de Prestação de Contas do Exercício do ano 2023, dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 5.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 5 - Apreciação e votação das propostas de “Documentos de Prestação de Contas do Exercício do ano 2023”:

5.1. Câmara Municipal de Castelo Branco. (Proposta n.º 14/2024)

Presidente da Câmara



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Trazemos aqui para aprovação da Prestação de Contas do Exercício do ano 2023, do Município, antes de passar a palavra aos eleitos aqui representados na Assembleia Municipal queria deixar aqui umas notas.

Como já disse, em outras ocasiões, tivemos em 2023, a execução mais alta do mandato e a execução mais alta desde 2019. Esta execução é uma execução condicionada no que diz respeito ao investimento. Estamos neste momento, a iniciar, ou estão a sair os primeiros avisos referentes a um novo Quadro Comunitário, dado que o anterior coincidiu precisamente com o início deste mandato. Por essa mesma razão, algumas obras estruturais e de importância para o concelho e para a região estão neste momento para ser lançadas, tendo já em atenção, aquilo que é o apoio ITI da Beira Baixa.

Quero dizer, também, quando iniciamos este mandato não existiam projetos, ou eram quase inexistentes os projetos de execução de obras, portanto, ao nível do investimento, o que levou que durante estes dois anos e pouco, de mandato, tivéssemos em primeiro lugar lançar concursos para a execução de projetos já que em resposta ao Senhor Deputado, Ernesto Candeias Martins referia que os Serviços Técnicos, da Câmara Municipal, não tinham disponibilidade e a capacidade para todos os projetos que temos em desenvolvimento, daí essa necessidade, sendo também necessário, como dizia, portanto, fazer essa contratação.

Durante este período de tempo, levamos por diante a execução de projetos e estamos neste momento a lançar algumas das obras que são estruturantes e que fundamentam a nossa estratégia de desenvolvimento do Concelho de Castelo Branco.

Consideramos ainda que é importante trazer aqui a esta Assembleia Municipal aquilo que é uma aposta, da Câmara Municipal que é o investimento nas pessoas, investir na qualidade de vida das pessoas e investir na atração e fixação das pessoas, e foram, efetivamente, avultados os recursos financeiros que atribuímos às pessoas e à fixação dessas mesmas pessoas.

Trago aqui apenas a título de exemplo um gráfico, onde está muito aquilo que foi o investimento da Câmara Municipal, durante o ano de 2023, e o investimento da Câmara Municipal nas pessoas. Já muitas vezes mencionamos o investimento, o apoio às famílias, no pagamento das refeições escolares, o apoio às famílias do pagamento das despesas com a prestação das creches e para as crianças, para as famílias jovens do nosso Concelho. Quero referir aquilo que foi o apoio da Câmara Municipal e estamos a falar apenas no ano anterior de mais cento e trinta e nove mil euros, o apoio às famílias, no que diz respeito aos transportes.

Quero recordar aqui que um passe de transporte na cidade de Castelo Branco custa apenas 10 euros e recordar também que mais uma vez a pensar nas pessoas e na qualidade de vida das pessoas e no apoio



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

às mesmas, a Câmara Municipal está a suportar o pagamento dos passes para os cidadãos com sessenta e cinco ou mais anos de idade. Foi também uma opção estratégica deste Município a devolução de IRS às famílias. Começamos no primeiro ano de mandato, em que aprovamos o Orçamento, começamos com 2,5%, depois passamos para 3%, 3,5% e finalizaremos o nosso mandato com a devolução de 4% do IRS às famílias que vivem no nosso Concelho. Obviamente, que isto tem consequências ao nível daquilo que é a receita do Município, neste caso, concreto, uma diminuição de receitas de mais de um milhão de euros que ali está também representada, neste gráfico que apresentámos.

Depois temos uma coluna do gráfico que são as transferências para os albicastrenses. Consideramos que investir nas pessoas é o maior investimento que podemos realizar. Consideramos que investir nos jovens e na capacidade para se fixar e estar em Castelo Branco, é um investimento que devemos prosseguir. Também verdade, seja dita, tivemos sempre da parte do PSD/CDS/PPM o apoio, relativamente, a estas medidas, à sua votação e também à sua implementação.

Queria ainda referir mais dois aspetos que vêm mencionados no gráfico. O peso dos salários naquilo que é a execução de 2023, o número dos trabalhadores da Câmara Municipal, diminuiu relativamente ao ano de 2022, houve uma diminuição, como dizia, do número de trabalhadores da Câmara Municipal, ainda assim, o valor despendido com salários dos trabalhadores da Câmara Municipal aumentou de forma muito significativa e aumentou por questões legais e devido a questões de ordem administrativa, por via das progressões da Função Pública e do SIADAP, aumentou o subsídio de refeição, aumentou também, e a verdade, seja dita, por implementação de um novo sistema de uma nova orgânica da Câmara Municipal e aumentou também devido à contratação de setenta profissionais para o desenvolvimento da Escola a Tempo Inteiro. É um projeto que marca a atividade do Município durante estes anos, a disponibilidade de profissionais qualificados que acompanham as nossas crianças e os nossos jovens e que através desse acompanhamento saem mais reforçados nas suas competências e na aquisição dessas mesmas competências.

O transporte escolar aumentou de 2022, para 2023, portanto, em 2022 tínhamos um valor de duzentos e noventa e sete mil euros, em 2023, tivemos um valor de trezentos e sessenta e nove mil euros.

No que diz respeito a outros transportes, o valor investido passou de trezentos e quarenta e nove mil para quatrocentos e dezassete mil euros. Mas, não foi apenas aqui que a Câmara Municipal investiu nas pessoas e nas instituições, também tivemos um aumento das transferências da Câmara Municipal para as Freguesias, tivemos um aumento das transferências, também consolidamos aquilo que são as transferências da Câmara Municipal para as diferentes Associações e Associações Desportivas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

No que diz respeito às Freguesias no ano de 2022, transferimos um milhão seiscientos e quarenta e um mil euros, no ano de 2023, esse valor foi de um milhão novecentos e oitenta e oito mil euros e alguns centimos.

É um exercício que fica marcado pelo investimento nas pessoas, na sua fixação e na sua atração, é um investimento que garante recursos aos cidadãos do Concelho de Castelo Branco. Ainda assim, no que diz respeito ao investimento, há um valor na ordem dos doze milhões de euros, portanto, ao nível do investimento nos anos anteriores a este de 2023.

João Filipe Ribeiro (CHEGA)

Vou começar esta minha intervenção, neste ponto, o Senhor Presidente fez questão de referir os jovens, mas, penso que o Senhor Presidente não percebeu bem há bocadinho. A minha questão é se não faria sentido termos um gabinete de crise porque estamos numa fase que se fala muito em crise climática, o que vai acontecer na nossa região e não é só em Castelo Branco, mas em toda a região do interior, quando a crise climática cá chegar, não vai afetar ninguém porque já cá não vai estar ninguém. Era neste sentido, quando os jovens não conseguirem ver uma solução aqui na nossa região, haver um Gabinete que os apoiasse de alguma forma para inibir estes jovens que queiram sair do país, fiquem no futuro com vontade de voltar. Aquilo que constatamos é que os jovens que estão fora geralmente querem voltar, mas vão pensar “a vida que consegui ter cá fora do interior, ou mesmo fora do país, não vou conseguir ter, por isso vou voltar quando me reformar”.

Passando aqui, em concreto, ao Relatório que nos é apresentado, queria dar os parabéns pela forma que nos foi enviado porque foi em forma de PDF e conseguimos pesquisar não em formato digitalizado, mas em PDF, mil e tal páginas é impossível ler tudo, mas desta forma é fácil pesquisar.

Acho um pouco estranho que quem fez a auditoria das contas, diga à Assembleia para votar a favor uma proposta que aqui, estamos a fazer uma análise política. Devia ser referido no relatório “tecnicamente não há nada a opor” agora dizer no relatório para a Assembleia votar a favor, está uma autoridade que dá um parecer técnico a dar uma opinião política, não faz grande sentido.

Depois uma situação que me preocupa, é verdade que a nossa Câmara Municipal tem uma situação financeira ao longo dos anos bastante favorável comparativamente com algumas Câmaras vizinhas, mas é claro que me deixa preocupado e deve deixar os albicastrenses, quando temos prejuízo ou um déficit de 13%. E aquilo que questiono ao Senhor Presidente da Câmara, é o que é que está a ser feito e o que é que justificou esta diminuição de Caixa, já disse aqui algumas situações, mas não vejo aqui nenhum valor excepcional e o que noto aqui na justificação que foi aqui apresentado para estes resultados negativos,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

os grandes valores representam cerca de 2,5 milhões, mas os prejuízos são quase de 6,5 milhões. Isto justifica-se porquê? Porque há rendimentos insuficientes na Câmara, nomeadamente, naquelas delegações de competência que foram feitas para as Câmaras Municipais, não vieram correspondidos os valores que deviam ter vindo? Será que também existiram alguns Fundos que deveríamos ter concorrido e não concorremos?

É que preocupa um pouco, quando olhei para o relatório tentei perceber se seria uma situação transitória, mas até podemos reparar, por exemplo, que no caso da Caixa e Depósitos e outras contas a receber, a Câmara teve um abatimento de quatro milhões de euros, ou seja, ainda ajudou a que houvesse mais liquidez para a Câmara e também já fez aqui o Senhor Presidente da Junta, José Pires que a Câmara em relação aos fornecedores conseguiu reduzir os valores. É verdade, relativamente a 2022, mas se compararmos com o ano de 2020, aumentou um milhão de dívida. Ou seja, o ano de 2022, foi excecionalmente elevado, não foi o ano de 2023, mesmo relativamente a 2021, já era este Executivo tivemos quinhentos mil euros de aumento de dívida a curto prazo a fornecedores. Ou seja, aquilo que noto é que efetivamente houve um endividamento da Câmara que é muito baixo, relativamente, com outros que é uma situação muito boa, mas estamos a entrar num caminho que se formos acumulando prejuízo ao longo dos anos e não conseguirmos arranjar maneira de as financiar “estamos a vender os anéis, para o ano já não temos anéis, então vamos vender os dedos” qualquer dia estamos numa situação idêntica de outras Câmaras asfixiadas e sem forma depois de executar a obra.

Armando Lopes Ramalho (S-MI)

Quando votámos desfavoravelmente a proposta de Orçamento para 2023 e as suas posteriores revisões, fundamentamos a nossa decisão na deriva despesista do executivo, com o aumento da despesa corrente, com o desinvestimento real na despesa de capital, com a ausência de uma política de investimento, com a ausência de uma priorização dos investimentos previstos e correspondente perda de credibilidade e capacidade de mobilização dos diversos agentes económicos. O relatório de prestação de contas vem confirmar as reservas que colocamos relativamente ao seu plano (orçamento):

No exercício de 2023 foi apurado um resultado líquido negativo no valor de 6.445.390,33€. No 2º ano completo de mandato, o Executivo Socialista volta a apresentar um resultado negativo. Se somarmos este valor ao valor também negativo do ano anterior (5.451.193,81€) temos um valor total negativo de 11.896.584,14€ nos 2 anos completos de mandato.

Senhor Presidente, Dr. Leopoldo Rodrigues, concordamos que compete ao executivo em exercício promover as políticas de investimento e desenvolvimento do nosso Concelho que foram sufragadas e mandatadas nas últimas eleições autárquicas. No entanto, compete-nos a nós, Sempre – a principal força



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

da oposição, questionar a aplicação dessas políticas e exigir que as políticas seguidas tenham sustentabilidade económica e equidade geracional! Com os sucessivos resultados líquidos negativos, o Sr. Presidente não está a comprometer as gerações vindouras? A Câmara Municipal de Castelo Branco tem condições de manter estas políticas de diminuição das receitas e aumento das despesas correntes por mais quantos anos?

Em 2023, a despesa relacionada com a concretização de investimentos (obras) foi de 8.919.708,47€ que, para a Câmara Municipal de Castelo Branco, representa o Investimento mais baixo deste século. A execução do plano plurianual de investimento previsto para 2023 ficou-se pelos 47,69%!

Senhor Presidente, as obras não se fazem no papel, é preciso concretizá-las! Assim, Castelo Branco fica estagnada.

Por outro lado, gasta-se muito dinheiro, mas apenas em despesas correntes. As despesas correntes representam 75% do total da despesa. Só as despesas com pessoal e as aquisições de bens e serviços (funcionamento, eventos, etc.) representa 60% do total da despesa.

Sr. Presidente, o Relatório de Gestão em apreciação não nos surpreende, apenas nos entristece!

Em abril de 2023, aquando da aprovação dos documentos de prestação de contas do exercício do ano de 2022, quando o questionámos sobre as medidas de controlo orçamental que iria implementar para que a débil execução orçamental de 2022 não se repetisse no ano de 2023, nunca esperámos que a sua principal ação fosse a desorçamentação que fez em outubro com a segunda revisão do orçamento de 2023.

Face ao exposto, obviamente votamos contra, na aprovação dos Documentos de Prestação de contas do exercício do ano 2023 da Câmara Municipal de Castelo Branco.

Francisco Pombo Lopes (PS)

O Relatório de Gestão do Município referente ao ano financeiro de 2023, apresenta-se como o instrumento de demonstração de maior relevo, resumindo de forma clara e precisa a situação económica e financeira reportada a 31 de dezembro. Evidenciando os indicadores mais significativos relativos aos recursos humanos e à situação financeira, patrimonial e execução das Grandes Opções do Plano (GOP) de 2023. Permitindo assim o Relatório de Gestão avaliar a atividade desenvolvida durante o ano em análise (2023).

A aposta em objetivos que têm as pessoas e as famílias como prioridade, leva à implementação de medidas que não podem deixar de se refletir na despesa, veja-se:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A devolução/IRS no valor de mais de um milhão e trezentos e dez mil euros; Nas refeições escolares o aumento em 239 mil euros do apoio às mesmas; No apoio às creches o valor de 301 mil euros; Nas AEC´s (atividades extracurriculares) o valor de 591 mil euros; Nos Transportes públicos o valor de 786 mil euros. Estes montantes que representam mais de 3 milhões e 900 mil euros traduzem um apoio às famílias do nosso Concelho.

O reforço no montante de 340 mil euros no apoio às freguesias. Apostas que se inserem numa estratégia que tem em especial conta a valorização das pessoas e das famílias, bem como aumentar a capacidade de atrair mais residentes. Estratégia que tem continuidade em 2024, com a construção de habitações de rendas acessíveis e das creches.

A despesa de capital tenderá a aumentar de forma significativa, assim que os projetos a implementar se concretizem.

Aquisição de Bens e Serviços, registaram uma grande variação no valor de 5.658.291,10€ motivados em grande medida pelo aumento dos Encargos de Instalações (3.707.806,83€) e pelo aumento dos Outros Trabalhos Especializados (1.188.496,82€).

Relativamente às despesas com pessoal, apesar do número de trabalhadores ter diminuído face ao ano anterior, verificou-se um aumento das despesas com pessoal em 1.697.700,32€ motivado sobretudo pelos aumentos legais de remuneração na Administração Pública e pela entrada em pleno do programa Escola a Tempo Inteiro.

Verifica-se uma continuidade do esforço de investimento em Despesas de Capital, que totalizaram 12.195.280,54€; do lado da Receita verificou-se um aumento total de 3.336.489,67€ dividido por aumentos no valor de 2.746.611,44€ nas Receitas Correntes e 589.878,23€ nas Receitas de Capital. Assim, a gestão do ano 2023, permitiu libertar 4.259.709,49€ da gestão corrente para consignar ao investimento. De salientar ainda que a Câmara teve a melhor execução orçamental desde 2019. As despesas correntes são superiores às de investimento.

Em 2023 a autarquia apresentou uma execução orçamental da despesa de 68,16%, sendo que 50,18% corresponde a despesas de capital (investimento) e 79,61% a despesas correntes (funcionamento da autarquia).

No que respeita às receitas, registou-se uma execução orçamental total de 94,60%. Também aqui a maioria das receitas são correntes. Trata-se de uma boa execução, considerando que contrariamente ao início do mandato, neste momento, estão a iniciar-se projetos, sendo que alguns deles estão em desenvolvimento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

O Município tem uma excelente situação financeira, com a autarquia a deter (em depósitos) 43 milhões de euros e os Serviços Municipalizados mais de 74 milhões de euros, o que perfaz um valor superior a 117 milhões de euros.

A execução do Orçamento teve em conta as pessoas.

Destacamos ainda os 17 milhões de euros que foram inscritos no quadro comunitário de apoio em vigor até 2027, montante que ultrapassa valores anteriormente captados.

Resulta em suma e, sobretudo, que o município se manteve centrado no que é realmente importante: o bem-estar e a qualidade de vida dos munícipes.

Sobre a prestação de contas ano de 2023, refere o relatório e parecer do revisor oficial de contas que a prestação de contas ano de 2023 foi preparada de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Carlos Manuel Freire Antunes (S-MI)

Quanto às Contas da Câmara Municipal de Castelo Branco, do ano de 2023, não me vou debruçar muito sobre as despesas correntes. As despesas do apoio à família como todos sabem, faziam parte das medidas que estavam no Programa Eleitoral do PSD/CDS/PPM e por isso apoiamos e pressionamos para que sejam cumpridas.

Vou falar um pouco de despesa corrente, na despesa total e despesa de capital.

Quero iniciar esta intervenção dando os parabéns ao Executivo pela melhoria da execução orçamental face aos anos anteriores, mas, sobretudo, dar os parabéns pela habilidade orçamental que começa a demonstrar e por assumir antecipadamente a sua incapacidade para concretizar e passo a explicar.

Em 21 de Dezembro de 2023, a dez dias de acabar o ano de 2023, perante esta Assembleia, o Executivo assumiu que não iria executar oito milhões de euros, reduzindo o orçamento de 2023, de oitenta e dois milhões para setenta e quatro milhões. Assim conseguiu apresentar uma cifra de execução de 68% do total do investimento. Se não tivesse feito essa redução do orçamento a dez dias antes de acabar o ano, a execução seria de 62%, mesmo assim, uma execução de 62% seria a melhor execução do mandato. Temos que o admitir, mas já não se poderia afirmar, foi confirmado na imprensa e ainda agora aqui que foi a melhor execução orçamental desde 2019 porque isso já não correspondia, nesse sentido.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

No que diz respeito a despesa de capital, despesa em investimento e desenvolvimento do Concelho, a execução também melhorou em termos de percentagem, 50%. No entanto, é o valor mais baixo desde 2020. Os 12,1 milhões de euros são menos trezentos mil euros do que no ano anterior sem contar a inflação. É um investimento com menos cinco milhões de euros em relação a 2021 e são menos quatrocentos mil euros em relação a 2020. Portanto, a percentagem fica muito bem, mas o que é importante e o que conta para a população é o valor absoluto, é o que é efetivamente investido.

Em resumo estamos muito bem em rácios, mas não estamos a melhorar o valor absoluto.

Obrigado. Tenho dito.

Daniel António Almeida (PS)

Faço este pedido de esclarecimento ao Senhor Deputado João Ribeiro porque de uma forma de intervenção tão atabalhoada acabei por não perceber nada. Aquilo que está a sugerir é a criação de um gabinete de apoio à crise. Qual Crise? Quais é que são os meios? Porque aquilo que me deu a entender é que está a desconsiderar por completo os serviços de ação social que a Câmara Municipal tem. Está a desconsiderar por completo os serviços do desenvolvimento económico que a Câmara tem para trabalhar junto do tecido empresarial e está a desconsiderar por completo aquilo que são um leque de serviços que a Câmara tem e que tem prestado ao longo destes anos.

Outra coisa que também queria perceber, era se em relação ao relatório de contas se está a sugerir a idoneidade das pessoas que trataram desse documento e se está aqui a sugerir alguma tendência partidária ou a preferência partidária. Estar a aprovar um documento desta natureza é só estar a atestar a sua tecnicidade.

Se não concorda com a estratégia que este Executivo tem, ou tem a ver com o rigor técnico com que este documento foi produzido.

Ernesto Candeias Martins (MPT)

Pedagogicamente fazemos a síntese do sumário e depois desenvolvemos, posso dizer que nos vamos abster com algumas razões que aqui foram manifestadas pelos anteriores, não com a linguagem, nem com os termos que utilizaram, mas vamos pensar o seguinte. O que foram economicamente as consequências que sofremos no pós-covid? E se perguntarmos a uma família, vemos que aumentaram as despesas com constrangimentos e com contrações, aí Senhor Presidente, é verdade que o Senhor aumentou, é estratégia que temos que louvar e louvei-a ao longo do ano, é uma aposta no âmbito Social. Correto, havia que se investir nas pessoas, há que investir nos serviços e em tudo o que realmente está



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

à sua volta. Agora há aqui uma questão que queremos progressos, as famílias também querem investir naquilo que são os seus bens e os seus bens diretos são seus elementos.

Caro colega, Armando Ramalho, não equidade porque este é um princípio que está manifestado no n.º 7 da Constituição portuguesa, não, a solidariedade generalizada e é este princípio que até está internacionalmente que tanto enchemos os nossos discursos, com o Papa Francisco e também com as Nações Unidas naquilo que foi a agenda em 2020, em Madrid, é a solidariedade como uma aposta no futuro.

Quando as famílias acreditam no futuro vão se endividando, mas vão controlando. E esta é a segunda pergunta, Senhor Presidente, consegue controlar esta diferença que há entre as receitas e as despesas? Eu sei que houve uma transição que estava prevista no orçamento anterior de obras e projetos para o ano seguinte, este ano, mas isso é aquilo que digo e peço desculpa da analogia, quando as famílias pretendem ir de férias e não conseguem porque não têm dinheiro, têm que se controlar.

Então a questão é a seguinte, havia de caber mais investimento, é pouco Senhor Presidente, aposte e não tenha medo. Houve aqui há poucos anos um Senhor Presidente da Câmara que diz que as Câmaras não entram em falência. Sempre fiquei e interroguei-me por isto, falência?

Não há que investir dos doze milhões que fez para catorze milhões ao longo desta legislatura? Investimentos, claro que isso afeta logo o orçamento. Não há que ir logo à procura nos fundos e nos apoios comunitários que estão presentes e esperamos que ainda vamos a tempo para que possa atenuar esse investimento? É um investimento também nas pessoas, Senhor Presidente. É verdade, aquilo que diz, mas queremos mais progresso. É verdade que no Plano Plurianual o Senhor podia ter chegado até aos 50% e ficou aquém. Há muitas razões e as explicações são todas plausíveis. Hoje fiquei aqui a saber que há uma economia tangível e intangível. As famílias também fazem isso, nunca sabem o investimento que fazem a elas próprias, no seu bem-estar e aos seus filhos, mas essa é uma aposta de futuro.

Castelo Branco ao longo dos anos e quando fazemos aqui as comparações entre 2019 com o ano atual nada tem a ver. Os sistemas mudaram, as exigências mudaram e por isso qualquer comparação, nem aquela que agora fiz com as famílias porque cada família é um caso, também pode não servir de exemplo. Por isso, Senhor Presidente abstenho-nos. Cautela, como se costuma dizer, para ver se o Senhor agora no próximo, consegue dar uma volta, um progresso naquilo que realmente é sobretudo o investimento, mas também temos que reconhecer que houve melhorias e dessas melhorias devem-se a uma opção e uma estratégia política do qual não podemos pôr de lado. Até mesmo nas transferências para as freguesias há que fazer um esforço. É claro que afeta logo, mas também há umas exigências, agora a percentagem suponho que podemos chegar a 1,9% nessas transferências.



A minha coerência é a minha abstenção.

João Filipe Ribeiro (CHEGA)

Obrigado pela questão que me colocou. Efetivamente, vou dizer isto de forma bem clara, penso que é normal vindo do PS não perceber que há uma crise. Da maneira que não veem que há uma crise de emigrantes, também não veem que há uma crise dos jovens a sair. O Senhor trabalha no Distrito de Castelo Branco? Não trabalha.

O que quero dizer é que a maior parte dos jovens da nossa cidade, aquilo que ambicionam é sair da cidade, é ir para fora e ainda bem que têm essa ambição de quererem ter uma vida melhor e não estou a dizer o contrário. Agora a cidade, penso que devia encarar isso como uma crise, foi isso que disse e devia criar um gabinete para apoiar esses jovens, mas apoiar no sentido de chegar ao pé deles e dizer a verdade “olha efetivamente vais perder dinheiro se ficares na cidade, mas daqui a dez anos, vai estar melhor porque tu vais cá ficar”, já disse isto nos meus discursos várias vezes, temos que convencer os jovens a ficar cá em Castelo Branco. É isto que é uma crise. Aquilo que disse, também é isso que se aplica, é que as alterações climáticas quando chegarem aqui e as pessoas não vão conseguir estar nas aldeias, já não há problema porque já não vai lá haver ninguém. Deve haver um gabinete de crise, se isto faz sentido ou não, em vez de estar a ridicularizar a minha posição, primeiro devemos constatar que há um problema.

No PS parece que não há problema nenhum, temos jovens a mais, aliás até temos que fazer creches porque não há para todas as crianças.

Presidente da Câmara

Quanto aos jovens, nunca se investiu tanto nos jovens como estamos a investir. Faz parte da estratégia da Câmara Municipal para o Concelho, é uma estratégia perfeitamente definida, delineada e que está em implementação.

Estamos a apoiar as famílias jovens no pagamento das refeições, no pagamento das creches, estamos a construir creches, estamos a projetar construção de habitação de renda acessível dirigida precisamente aos jovens, estamos efetivamente a captar jovens. Ainda há poucos dias em conversa numa reunião com um dos nossos Diretores dos Agrupamentos de Escolas, me dizia que só estudantes brasileiros, no Agrupamento de Escolas N' Alvares são mais de quatrocentos inscritos. Significa que durante os últimos tempos temos trazido mais famílias, temos tido mais jovens e, portanto, temos uma renovação da nossa população.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Quanto aos grandes valores que justificam o resultado líquido negativo e se estaremos a pôr em causa a sustentabilidade financeira da Câmara Municipal, é importante dizer tudo, por exemplo, o anuário financeiro dos municípios refere, no que diz respeito aos resultados líquidos negativos, esse fator nem sequer devia ser considerado. As Câmaras Municipais não são empresas e avaliação que se faz não resulta de uma atuação empresarial.

Quero-lhe dizer Senhor Deputado, Armando Ramalho que o Senhor sabe tão bem quanto eu, as várias parcelas que contribuem para os resultados líquidos e sabe tão bem quanto eu, que por exemplo, a Câmara Municipal tem só 16 milhões de depreciações que interferem e que implicam naquilo que são os resultados da Câmara Municipal. Sabe também, porque leu o relatório, sei que o leu, que a Câmara Municipal arrecadou mais 4 milhões de euros em receitas correntes que o valor despendido com despesas correntes. Portanto, também aí, no que diz respeito à receitas e despesas correntes, o Senhor sabe a informação que o relatório contém e sabe que o valor da receita corrente é superior a 4 milhões de euros.

E quando falamos de bens e serviços também estamos a falar das pessoas e também estamos a falar da incorporação de liquidez nas nossas empresas, no nosso tecido empresarial e indiretamente também nas pessoas que vivem no nosso concelho para além daquilo que já aqui foi referido. O investimento que fazemos que é efetivamente de despesa corrente, o investimento que fazemos nas pessoas, na fixação de jovens e na atração desses mesmos jovens.

Caro Deputado, Ernesto Candeias Martins, não, não estamos em risco, o Concelho de Castelo Branco é um Concelho que tem as contas consolidadas, tem recursos financeiros e um Concelho que gere esses recursos financeiros para as pessoas que aqui vivem.

Senhor Deputado, Armando Ramalho, o Senhor também sabe porque leu o relatório que nos resultados líquidos negativos está o valor de um milhão e setecentos mil euros que advém daquilo que é o exercício dos Serviços Municipalizados e que efetivamente nos deve preocupar e sobre o qual, queria aqui hoje, deixar uma reflexão, com uma projeção que vou passar a apresentar.

Quero colocar uma questão ao Senhor Deputado Armando Ramalho se, isto é, ou não, comprometer as gerações vindouras? E se estas decisões comprometem ou não as gerações vindouras? Passo a explicar, os Serviços Municipalizados de Castelo Branco e a Câmara Municipal negociou com a EPAL a exploração das águas em alta e também do saneamento. E nesse contrato celebrado foi definido que a EPAL pagaria, em termos, de saneamento 80% do valor da água faturada.

Em 2016, uma diretiva do Governo, uma legislação governamental veio alterar os pressupostos deste contrato celebrado com as Águas de Lisboa e Vale do Tejo e a EPAL e altera esses pressupostos, passando



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

a faturar, não 80%, mas 100% do valor da água. Isto implica, obviamente, a rotura de um contrato e a rotura unilateral de um contrato. Cabia nesse momento à Câmara Municipal tomar decisões, neste caso, concreto aos Serviços Municipalizados. E duas possibilidades haveria, primeiro, pagava o valor reconhecido de 80%, ou pagava tudo, os 100%, ou então, não pagava nada. É certo que a Câmara Municipal, através dos Serviços Municipalizados usufruem de um serviço de tratamento dos afluentes e, portanto, é devedora da entidade que explora esse serviço.

Em 2016, a Câmara Municipal decidiu não pagar os valores do saneamento, portanto, a partir dessa altura, deixou de haver por parte da Câmara Municipal o pagamento do saneamento e, portanto, deixou de haver o pagamento de um serviço prestado pela EPAL ao Município de Castelo Branco, isto tem implicações acerca das quais temos que refletir e temos que ter conhecimento.

A primeira reunião que tive após a tomada de posse, em 15 de outubro de 2021, foi precisamente com o Conselho de Administração da EPAL, na altura com o Engenheiro Sardinha e com os restantes membros do Conselho de Administração. Essa reunião teve como objetivo perceber qual a abertura da EPAL para encontrar uma solução para um problema que como a seguir vão perceber, é um problema grave e que sim, implica sobre as gerações vindouras.

Neste momento, a Câmara Municipal, neste caso, os Serviços Municipalizados, têm um valor faturado, em dívida à EPAL de vinte milhões trezentos e dezasseis mil euros e alguns cêntimos que vem somando, desde 2016, para este valor contribuem cinco milhões novecentos e cinco milhões novecentos e cinquenta e quatro quatrocentos e oitenta e oito euros de juros de mora. Neste momento os juros de mora estão em cerca de 11%. Há que distinguir aquilo que é o valor em dívida reconhecida, daquilo que é o valor que não reconhecemos porque efetivamente não reconhecemos os 20% que a EPAL acrescentou em termos de faturação aos 80% reconhecidos. O que é que isto significa? Significa que o custo que reconhecemos e soma todos os dias, é de treze milhões oitocentos e quatro mil setecentos e noventa e sete euros. A este valor correspondem quatro milhões quinze mil quinhentos e vinte e seis euros de juros de mora. Ou seja, aquilo que EPAL nos faturou e que corresponde àquilo que está contratualizado com a assinatura do Protocolo que foi estabelecida. Isto significa também que aquilo que não reconhecemos é a diferença e, portanto, são os seis milhões quinhentos e doze mil euros.

Que implicações é que isto tem? Como disse, foi na primeira reunião que tive com a Administração da EPAL, tentando perceber como é que poderíamos resolver esta situação, tendo proposto pagar imediatamente os 80% reconhecidos que na altura se cifravam em cerca onze milhões ou doze milhões, propúnhamos pagar o valor reconhecido, sendo que a condição era que não pagaríamos os 20% não reconhecidos e que teriam que nos perdoar os juros de mora. Obviamente, que a EPAL aceitava o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

pagamento dos 80%, reconhecidos, mas, liminarmente, recusou perdoar à Câmara Municipal os juros de mora. Recusou argumentando que não era possível perdoar dívidas de juros a entidades públicas devedoras. Depois disso, tivemos mais reuniões, entretanto, fizemos um concurso para apoio jurídico, os nossos advogados têm estado a tentar encontrar soluções técnicas para depois serem validadas politicamente junto da EPAL e a realizar, inclusivamente, reuniões com a ERSAR para que esta pudesse servir de intermediário na negociação para este assunto. Porque é que trago este assunto a discussão? Os números estão projetados e expressos, são números que todos os dias se avolumam e que nos deixam preocupados sobre a sua implicação naquilo que diz respeito aos valores que devemos e aos juros que se acumulam e também Senhor Deputado, Armando Ramalho, naquilo que são os resultados que o Senhor aqui trouxe. Está ali representado no gráfico do canto superior direito, os resultados dos Serviços Municipalizados que neste caso, concreto, são afetados pelas provisões que foi necessário fazer para salvaguardar o pagamento deste valor, e só estão ali provisões referentes ao valor não reconhecido, aos 20% e ao valor da dívida de juros de mora, porque os restantes 80% já estão incluídos dentro daquilo que são os gastos que estão refletidos nas contas e na ação dos Serviços Municipalizados e daí a relevância que também aqui à pouco referia, ou seja, se não tivéssemos este valor de provisões que este ano se situa próximo de um milhão e setecentos e cinquenta e sete mil euros, no ano anterior, de 2022, este valor era setecentos e noventa e oito mil euros, se assim, não fosse, os Serviços Municipalizados teriam tido no ano de 2022 resultados líquidos no valor positivo de um milhão de euros e este ano de novecentos e quarenta e sete mil euros. Ou seja, estamos a falar de entre aquilo que é o valor negativo e o que seria o valor positivo de mais de dois milhões e setecentos mil euros. E porque trago este assunto aqui? Em primeiro lugar, porque isto está refletido nos resultados da Câmara Municipal porque também aqui estão refletidos e, por outro lado, para que a Assembleia Municipal tenha conhecimento de um assunto crítico, é relevante, em cada ano, se não conseguirmos resolver esta situação, terá implicações naquilo que são os valores afetos às provisões dos Serviços Municipalizados e, neste caso, concreto, aos resultados por inerência da Câmara Municipal.

Portanto, a situação é esta, são estes os valores com que nos temos que confrontar e como dizia, não estamos quietos, temos tentado encontrar uma situação, uma saída para um problema que existe desde 2016 e que tem este impacto naquilo que são as contas dos Serviços Municipalizados e tem este impacto naquilo que é, como dizia, o Senhor Deputado, Armando Ramalho, não estaremos a comprometer as gerações vindouras. Aqui não estamos a falar de investimento, não estamos a falar de transferência para as Juntas de Freguesia, não estamos a falar de transferências para as Associações, não estamos a falar de pagamento de refeições ou de pagamento de creches, não estamos a falar de mais uma equipa do Corpo de Bombeiros Voluntários, uma equipa de intervenção permanente, não estamos a falar de tantos e tantos apoios que a Câmara Municipal tem dado à nossa comunidade e à nossa economia. Estamos a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

falar de uma decisão que penaliza os Serviços Municipalizados, penaliza aquilo que são os compromissos dos Serviços Municipalizados e que tem o impacto fortíssimo, naquilo que são os nossos compromissos e naquilo que é a nossa resposta para honrar esses mesmo compromissos.

Repito, só em termos de estimativas de juros de mora, do valor reconhecido, já estamos a falar de quatro milhões quinze mil quinhentos e vinte e seis euros. E esta é, efetivamente, a questão mais importante destes relatórios de contas e a questão mais importante de decisões de gestão, uma decisão que não questiono, cada Executivo em devido tempo tem a legitimidade para tomar as decisões que entende tomar e, sinceramente, teria tomado uma decisão diferente e teria desde o princípio pago o serviço que nos é prestado e que é de 80% do valor que foi contratualizado e que foi o valor que contratualizado com a empresa pública de Águas de Lisboa e Vale do Tejo.

José Alberto Duarte (PSD/CDS/PPM)

Este assunto também me é muito caro a mim e a pergunta que coloco ao Senhor Presidente se a quiser responder é: qual era o partido que estava nesta Câmara em 2016?

A segunda questão é, qual era o Governo em 2016? Ou seja, qual foi o entendimento entre o Partido desta Câmara e o Governo na altura?

Depois, os números que foram aqui descritos e que tomei nota e agora não vou discuti-los, naturalmente, não são surpresa para mim. Eu estive aqui em 2017, até 2021, e deixei bastantes alertas e votamos sempre contra as Contas exatamente porque não concordava com aquilo que estava a acontecer e por isso a minha indignação porque isto já não era dúvida para mim que aí acontecer. Hoje, fico preocupado com os juros a crescer automaticamente e que isto continue por resolver. Ou seja, temos que resolver isto de uma vez por todas, se não, aí sim, já não podemos descer a água como foi prometido por muita gente em campanha, prometemos descer a água e os Serviços Municipalizados com os resultados negativos, naturalmente, não tem condições para descer o valor da água, o que quer dizer que estas coisas são importantes que se façam.

Também é importante dizer, como é possível que um contrato que não seja cumprido por uma parte e a resposta da outra parte também é não cumprir o contrato.

Deixo estas questões para todos e cada um pense o quiser.

Presidente da Câmara

Senhor Deputado, José Alberto, neste caso dividimos as coisas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Em 2016 o partido que estava à frente da Câmara Municipal era o PS. O partido que alterou os pressupostos do contrato foi o PSD/CDS/PPM.

A sua preocupação é a nossa preocupação. É óbvio que já não podemos andar para trás, não podemos reverter a situação que hoje temos. O que tem movido neste tempo é encontrar uma solução que salvasse os interesses da Câmara Municipal e os interesses dos Serviços Municipalizados.

Aquilo que nos temos debatido é para que nos seja perdoado os juros e nessa circunstância, pagaremos os 80% que reconhecemos que é o nosso dever e como já lhe disse, realizamos várias reuniões, o Conselho de Administração mantém-se irredutível, relativamente, a esta situação e ao pagamento dos juros. Até posso acrescentar mais, já propus que pudéssemos reverter o valor dos juros que a Câmara Municipal assumiria com os Serviços Municipalizados fazer investimento, portando, fazendo investimento que corresponderia ao valor dos juros. Nem essa proposta foi aceite pela Administração.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 votos a favor do GM PS, 5 abstenções, 4 do GM PSD/CDS/PPM e 1 do GM MPT, 16 votos contra, 14 do GM S-MI e 2 do GM CHEGA, aprovar Documentos de Prestação de Contas do Exercício do ano 2023, da Câmara Municipal de Castelo Branco.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 6.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

5.2. Serviços Municipalizados de Castelo Branco. (Proposta n.º 15/2024)

Neste momento, a Senhora Administradora dos Serviços Municipalizados, procedeu à projeção e apresentação do referido Relatório de Gestão.

Ernesto Candeias Martins (MPT)

Caros colegas, tem que se dar o mérito quando se apresenta um bom relatório. Senhora Administradora está de parabéns. Tive oportunidade de fazer comparativamente com outras Câmaras e não aparece tão explícito e por isso mesmo, tenho que dar este contributo que a Senhora Administradora tem dado a todos dos Serviços Municipalizados.

Quero dizer que a primeira ideia é que estamos no bom caminho porque foi explicado aqui, somos uma Câmara amiga do ambiente, já disseram aqui, não utilizamos herbicidas, as questões residuais e reciclagem, portanto, apostamos naquilo que temos vindo a assistir.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Senhora Administradora, ficam aqui algumas observações, se não quiser responder, não responda e começo por aquela que é educar e sensibilizar ambientalmente nas novas gerações que tanto aqui falamos. Faça chegar às escolas esta divulgação, às crianças para que tenham um processo de consciencialização daquilo que é, não só poupar água, não só a questão dos resíduos, mas tudo o que realmente tem a ver com o ambiente e o que vem do ambiente, não só através dos discursos, mas também através das ações.

Fiquei aqui com uma questão de mais-valia quanto à questão dos tarifários, alertei, foi depois contemplada uma parte, poderíamos ter ido mais longe porque por aquilo que vejo as previsões são boas, mas há pouco, disse, controlar e ter uma certa contenção, fiquei satisfeito porque vamos respondendo àquelas necessidades e àquelas prioridades que outros cidadãos têm, a água é um bem.

Quero dizer aqui, este Relatório representa renovação, como disse, de investimento, modernização de uma frota que era necessária, talvez fique aqui a ser uma sugestão a modernização de alguns serviços monitorizados para podermos ter um controle e um acompanhamento mais assíduo, por exemplo, e peço desculpa porque faz parte do relatório, por isso, estou a fugir à questão inserida no tema que é a limpeza de todos os percursos e os cursos hídricos, devíamos ter uma monitorização através de instrumentos que facilitam isso, penso que assim poderíamos intervir quando o tempo permite e com equipas, isso está por fazer, apesar de se ter feito alguma intervenção. Por outro lado, a boa qualidade da água e a diminuição dos incumprimentos que é uma das coisas que parece que a consciência ambiental vem aqui.

Gostei muito de ler o Relatório, fi-lo como cidadão, sobretudo, na parte técnica, já dei os parabéns a todos, porque o Senhor Presidente e o Senhor Vice-Presidente fazem parte da administração, mas foi ilustrativo e assim é que deve ser, evolução, queremos uns serviços melhores, estamos satisfeitos, mas queremos sempre mais.

É verdade que a questão que apresentou em relação à gestão e foi aqui bem explicada, podemos dizer que foi uma boa gestão entre aquilo que foi a receita e a execução, mas queremos alguma contenção, o Senhor Presidente já explicou aqui há pouco a situação que também afeta, mas por isso mesmo, vou votar a favor, não só pelo excelente relatório que está aqui ilustrativo, mas também por aquilo que foi o trabalho de toda a comunidade da administração, até aos funcionários e trabalhadores. Pensamos que queremos uma cidade mais limpa, mais ambiente que nos faça sentir mais orgulhosos e para aqueles que nos visitam e aqueles que cá estão muito atentos a estas questões.



João Filipe Ribeiro (CHEGA)

Não me vou referir ao Relatório, mas à questão que o Senhor referiu aqui há pouco e tinha aqui quatro questões muito breves. Concordo consigo, fazia todo o sentido, quando estamos em desacordo, mais vale pagar e depois reclamar a seguir para não termos problemas futuros.

A minha questão é, então não se faz o pagamento dos 80% do valor para evitar acumular juros futuros, eventualmente, pode diminuir a nossa capacidade de negociação, mas pensamos que estamos todos de boa-fé.

Outra questão é, não sei se tem conhecimento ou não, se outras Câmaras tiveram a mesma atitude que a Câmara de Castelo Branco e, eventualmente, se tiveram, se faria sentido fazer equiparação e a tentativa de negociação com a EPAL.

Outra questão, no futuro se este contrato foi violado, terá de haver um contrato, será que o valor que nos irá ser pedido para pagar, será o valor que está a ser exigido. Podemos nós, municípios de Castelo Branco esperar um aumento significativo dos custos que temos na conta da água?

Presidente da Câmara

Não pagamos os 80% já porque existem muitas interpretações acerca disto, não queremos pagar os juros e alguns dos consultores com quem temos vindo a trabalhar, dizem-nos que ao pagarmos os 80%, estes podem ser imediatamente descontados no valor dos juros. Portanto, deixa-nos aqui numa situação que ainda está por esclarecer em termos jurídicos e estamos a procurar uma solução. É de facto nossa intenção e foi essa a proposta que já fizemos mais que uma vez, pagar os 80%.

Há também uma condição colocada pela EPAL que é o nosso reconhecimento do valor total em dívida, coisa que não poderemos fazer em nenhuma circunstância. Portanto, são estas duas respostas que se enquadram nas questões que aqui colocou.

Quanto ao futuro da fatura da água, como sabe, há várias parcelas diferenciadas e que implicam sobre o valor total da fatura da água.

Há uma outra questão que gostaria de referir, fui eleito para Conselho de Administração da Valnor, recentemente, substituindo o Dr. Luís Correia. Das reuniões que já estive presente, há um aspeto que nos deve deixar preocupados e tem a ver com o valor que estamos a pagar por tonelada de resíduo e o valor sustentável daquilo que é a recolha e tratamento dos resíduos. Neste momento, se não estou em erro, estamos a pagar cinquenta e dois euros por tonelada de resíduo, se não é cinquenta e dois euros é muito próximo e o valor que devíamos, entre aspas, estar a pagar anda próximo dos oitenta e quatro ou oitenta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

e cinco euros, isto tem efetivamente uma implicação muito grande naquilo que são as despesas da Câmara Municipal através dos Serviços Municipalizados com resíduos se vier a ser aplicado, o valor da fatura a pagar pelos nossos munícipes. A reunião que tive recentemente com o Conselho de Administração deixei expresso a minha posição pessoal que não é apenas minha, é também dos outros Presidentes de Câmara que fazem parte da Comunidade Intermunicipal com quem previamente tive oportunidade de debater este assunto, a nossa não concordância com esse tipo de faturação e que deve ser o Estado, eventualmente, através do Fundo Ambiental a dar-nos aqui um apoio relativamente a isto, até porque se considerarmos aquilo que é o panorama nacional, ou que é a realidade nacional, os municípios do Litoral têm valores mais simpáticos por tonelada de resíduos do que aqueles que são pagos no interior do país, nomeadamente, no Concelho de Castelo Branco.

Ainda assim, apesar destas contrariedades, limitações, como sabem, estamos a honrar o nosso compromisso, ou seja, comprometemo-nos aqui, verdade, seja dita, com a concordância do PSD, comprometemo-nos a reduzir a fatura da água e conseguimos neste momento faturar menos do que aquilo que era faturado antes, diminuindo por esta via a faturação. Garantir para o futuro, não posso deixar de forma séria, forma honesta e olhos nos olhos com todos vocês, não posso deixá-lo porque não sabemos se vai concluir esta questão do saneamento, como disse, teria sempre pagado os 80%, penso que foi um erro da avaliação na altura, mas, cada um toma as decisões que entende tomar, nesta altura estamos aqui perante uma situação muito complicada, nomeadamente, no que respeita aos juros.

Quanto aos resíduos, estamos a iniciar um processo da nossa parte como membro da Comissão da Valnor, fá-lo-ei sempre em articulação com os meus colegas de outras Câmaras Municipais e também com outros Municípios que fazem parte da Valnor, nomeadamente, com o Presidente do Município de Abrantes que é o Presidente da Assembleia Geral da Valnor com quem reunimos recentemente, eu a Senhora Administradora dos Serviços Municipalizados, precisamente para tratar esta questão do saneamento. Como disse, teria sempre pago os 80%, reconhecemos que foi um erro, estamos perante uma situação muito complicada, nomeadamente, no que respeita aos juros.

Senhor Deputado João Ribeiro, existem outras Câmaras, mas interessa-nos Castelo Branco e respondemos perante os Albicastrenses e devemos garantir o cumprimento e interesse dos cidadãos albicastrenses. É essa a nossa missão, foi para isso que nos elegeram e é nesse sentido que estamos a trabalhar.

A Assembleia Municipal deliberou foi aprovada, por maioria, com 18 votos a favor, 17 do GM PS, e 1 do GM MPT, 17 abstenções, 13 do GM S-MI e 4 do GM PSD/CDS/PPM e 2 votos contra do GM CHEGA,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

“Documentos de Prestação de Contas do Exercício do ano 2023, do Serviços Municipalizados de Castelo Branco.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 7.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

CONCLUSÃO DA ATA

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Mesa encerrada a sessão, eram 14 horas e 20 minutos, mandando que de tudo, para constar, se lavrasse a respetiva ata.

O Presidente da Assembleia Municipal,

O 1.º Secretário,